



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

COMPASS

Clique para acessar

>> Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	2
>> Balanços patrimoniais.....	9
>> Demonstrações de resultados.....	11
>> Demonstrações do resultado abrangente	13
>> Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
>> Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
>> Demonstrações do valor adicionado	19
>> Notas explicativas às demonstrações financeiras	20
>> 1. Contexto operacional	20
>> 2. Declaração de conformidade	22
>> 3. Políticas contábeis	23
>> 4. Normas contábeis.....	25
>> 5. Informações por segmento	28
>> 5.1. Receita operacional líquida por categoria de clientes.....	33
>> 6. Ativos e passivos financeiros	33
>> 7. Mensuração de valor justo reconhecidas	35
>> 8. Gestão de risco financeiro	37
>> 9. Caixa e equivalentes de caixa.....	41
>> 10. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito.....	42
>> 11. Contas a receber de clientes.....	43
>> 12. Partes relacionadas	44
>> 13. Outros tributos a recuperar	47
>> 14. Investimento em subsidiárias e associadas	47
>> 14.1. Investimento em subsidiárias e associadas.....	48
>> 14.2. Participação de acionistas não controladores	56
>> 14.3. Aquisição de subsidiárias.....	57
>> 15. Ativo e passivo financeiro setorial	62
>> 16. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada.....	63
>> 17. Imobilizado.....	65
>> 18. Intangível	66
>> 19. Ativo de contrato.....	69
>> 20. Direito de uso.....	70
>> 21. Redução ao valor recuperável	71
>> 22. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	73
>> 23. Instrumentos financeiros derivativos	77
>> 24. Compromissos.....	81
>> 25. Passivos de arrendamento.....	81
>> 26. Fornecedores.....	84
>> 27. Imposto de renda e contribuição social	84
>> 28. Provisão para demandas e depósitos judiciais.....	91
>> 29. Benefício pós-emprego	93
>> 30. Patrimônio líquido	97
>> 31. Receita operacional líquida.....	100
>> 32. Custos e despesas por natureza.....	102
>> 33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	103
>> 34. Resultado financeiro	103
>> 35. Resultado por ação.....	105
>> 36. Pagamento com base em ações.....	107
>> 37. Eventos subsequentes.....	109

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Compass Gás e Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Compass Gás e Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Compass Gás e Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2023, os valores correspondentes apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 11 e 31)

A receita de fornecimento de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Consequentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R\$782.813 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela Administração, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma alteração de alocação em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas;
- Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria;
- Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidor em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas;
- Procedimentos analíticos, para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia;
- Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024;
- Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis, correspondentes, bem como avaliarmos a exatidão dos cálculos aritméticos.
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento, e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber, no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas nº 11 e 31, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 18 e 19)

A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R\$ 12.307.964 mil e R\$ 1.041.421 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as adições, amortização e capitalização de juros;
- Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2023;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 18 e 19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relacionados as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2022, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, em 28 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 1254881/O-8

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	680.246	265.994	3.931.532	3.403.635
Caixa restrito	10	—	—	578	-
Títulos e valores mobiliários	10	2.823	1.035	800.267	578.358
Contas a receber de clientes	11	—	—	1.525.366	1.908.388
Instrumentos financeiros derivativos	23	—	—	24.449	352.568
Estoques		—	—	292.335	133.881
Recebíveis de partes relacionadas	12	7.554	21.130	10.884	6.558
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		28.030	14.039	120.389	50.198
Outros tributos a recuperar	13	—	—	291.435	769.197
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14.1c	370.912	42.773	35.797	101.027
Ativos financeiros setoriais	15	—	—	207.005	148.955
Outros ativos		963	166	182.940	110.606
		1.090.528	345.137	7.422.977	7.563.371
Ativos circulantes mantidos para venda	16	387.215	—	911.500	-
Ativo circulante		1.477.743	345.137	8.334.477	7.563.371
Contas a receber de clientes	11	—	—	25.607	22.817
Caixa restrito	10	—	—	4.100	4.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	80.486	38.937	708.272	482.296
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.378	45.330	90.243	125.164
Outros tributos a recuperar	13	—	—	246.139	212.281
Depósitos judiciais	28	—	—	43.960	55.382
Instrumentos financeiros derivativos	23	—	—	151.206	39.295
Ativos financeiros setoriais	15	—	—	341.695	193.378
Outros ativos		—	—	76.700	18.708
Investimentos em subsidiárias e associadas	14.1	7.869.712	6.686.237	1.630.124	2.525.292
Imobilizado	17	11.480	5.947	1.255.012	671.573
Intangível	18	6.782	1.479	13.299.255	12.015.135
Ativos de contrato	19	—	—	1.041.421	1.110.335
Direito de uso	20	14.158	12.312	1.588.292	83.059
Ativo não circulante		8.004.996	6.790.242	20.502.026	17.558.815
Total do ativo		9.482.739	7.135.379	28.836.503	25.122.186

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	34.532	1.131	1.937.294	1.685.123
Passivos de arrendamento	25	3.593	2.635	163.740	13.195
Instrumentos financeiros derivativos	23	—	—	63.331	485
Fornecedores	26	7.570	1.994	1.534.041	1.842.810
Ordenados e salários a pagar		140.895	57.460	301.560	193.585
Imposto de renda e contribuição social correntes		952	7.931	306.235	137.092
Outros tributos a pagar		4.350	5.224	187.949	264.391
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30	526.060	42.611	569.956	72.863
Pagáveis a partes relacionadas	12	7.588	1.751	23.269	14.764
Passivos financeiros setoriais	15	—	—	70.013	67.419
Outros passivos financeiros	8	—	—	133.937	72.579
Outras contas a pagar		27.659	6.472	329.528	218.239
		753.199	127.209	5.620.853	4.582.545
Passivos não circulantes disponíveis para venda	16	—	—	152.255	—
Passivo circulante		753.199	127.209	5.773.108	4.582.545
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	2.128.947	398.485	8.079.856	6.593.716
Passivos de arrendamento	25	11.629	10.361	1.473.203	63.411
Instrumentos financeiros derivativos	23	—	—	297.453	399.866
Provisão para demandas judiciais	28	—	—	63.518	87.747
Obrigações de benefício pós-emprego	29	—	—	442.164	448.157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	—	—	2.156.383	2.161.191
Passivos financeiros setoriais	15	—	—	1.740.685	1.549.197
Receitas diferidas ou antecipadas		—	77.981	—	592.601
Outras contas a pagar		—	80	16.513	36.971
Passivo não circulante		2.140.576	486.907	14.269.775	11.932.857
Total do passivo		2.893.775	614.116	20.042.883	16.515.402
Patrimônio líquido	30				
Capital social		2.272.500	2.272.500	2.272.500	2.272.500
Reserva de capital		2.860.598	2.872.050	2.860.598	2.872.050
Outros componentes do patrimônio líquido		154.985	152.761	154.985	152.761
Reservas de lucros		1.300.881	1.223.952	1.300.881	1.223.952
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.588.964	6.521.263	6.588.964	6.521.263
Acionistas não controladores	14.2	—	—	2.204.656	2.085.521
Total do patrimônio líquido		6.588.964	6.521.263	8.793.620	8.606.784
Total do passivo e patrimônio líquido		9.482.739	7.135.379	28.836.503	25.122.186

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receita operacional líquida	31	—	—	17.767.327	19.719.205
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	32	—	—	(14.256.031)	(16.364.835)
Resultado bruto		—	—	3.511.296	3.354.370
Despesas de vendas	32	—	—	(164.399)	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	32	(207.421)	(136.963)	(788.015)	(563.467)
Outras receitas operacionais, líquidas	33	70.723	659	607.226	(91.905)
Resultado Operacional		(136.698)	(136.304)	(345.188)	(818.628)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(136.698)	(136.304)	3.166.108	2.535.742
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	14.1	1.707.820	1.832.290	178.978	98.033
Resultado de equivalência patrimonial		1.707.820	1.832.290	178.978	98.033
Despesas financeiras		(98.971)	(74.698)	(1.658.582)	(1.291.850)
Receitas financeiras		66.129	196.053	1.283.025	898.099
Variação cambial, líquida		(4)	82	152.592	102.655
Efeito líquido dos derivativos		—	—	(507.988)	(86.041)
Resultado financeiro líquido	34	(32.846)	121.437	(730.953)	(377.137)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.538.276	1.817.423	2.614.133	2.256.638
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		—	(7.248)	(1.136.919)	(723.405)
Diferido		41.549	13.044	277.608	394.220
		41.549	5.796	(859.311)	(329.185)
Resultado líquido das operações em continuidade		1.579.825	1.823.219	1.579.825	1.823.219
Resultado líquido das operações em continuidade não controladores		—	—	174.997	104.234
Resultado líquido das operações descontinuadas	16 c	23.164	25.421	23.164	25.421
Resultado líquido das operações descontinuadas não controladores	16 c	—	—	22.255	24.424
Resultado líquido do exercício		1.602.989	1.848.640	1.800.241	1.977.298
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.602.989	1.848.640	1.602.989	1.848.640
Acionistas não controladores		—	—	197.252	128.658
		1.602.989	1.848.640	1.800.241	1.977.298

Resultado básico por ação das operações em continuidade - em Reais:	35		
Ordinárias		R\$2,21205	R\$2,55285
Preferenciais		R\$2,21205	R\$2,55285
Resultado diluído por ação das operações em continuidade - em Reais:	35		
Ordinárias		R\$2,21122	R\$2,55043
Preferenciais		R\$2,21122	R\$2,55043
Resultado básico e diluído por ação das operações descontinuadas - em Reais:	35		
Ordinárias		R\$0,03243	R\$0,03559
Preferenciais		R\$0,03243	R\$0,03559

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja notas 3.3 e 16.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Resultado líquido do exercício		1.602.989	1.848.640	1.800.241	1.977.298
Outros resultados abrangentes:					
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	30.e)	10	—	10	—
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23 c)	(13.803)	—	(20.914)	—
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23 c)	—	—	7.111	—
		(13.793)	—	(13.793)	—
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		180	—	352	—
Ganhos atuariais com plano de benefício definido	29	15.837	24.842	24.203	37.965
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos atuariais com plano de	27 c)	—	—	(8.229)	(12.907)
		16.017	24.842	16.326	25.058
Resultado abrangente do exercício - operações continuadas		1.582.049	1.848.061	1.757.355	1.952.511
Resultado abrangente do exercício - operações descontinuadas		23.164	25.421	45.419	49.845
Resultado abrangente do exercício		1.605.213	1.873.482	1.802.774	2.002.356
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		1.605.213	1.873.482	1.605.213	1.873.482
Acionistas não controladores		—	—	197.561	128.874
		1.605.213	1.873.482	1.802.774	2.002.356

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja notas 3.3 e 16.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Legal ⁽ⁱ⁾	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.272.500	2.872.050	152.761	46.563	1.177.389	—	6.521.263	2.085.521	8.606.784
Resultado líquido do exercício		—	—	—	—	—	1.602.989	1.602.989	197.252	1.800.241
Resultados abrangentes:										
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa líquido de imposto	23 c)	—	—	(13.803)	—	—	—	(13.803)	—	(13.803)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	30.e)	—	—	10	—	—	—	10	—	10
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		—	—	180	—	—	—	180	172	352
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		—	—	15.837	—	—	—	15.837	137	15.974
Total de outros resultados abrangentes		—	—	2.224	—	—	1.602.989	1.605.213	197.561	1.802.774
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:										
Combinações de negócios	14.2	—	—	—	—	—	—	—	237.460	237.460
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores		—	(405)	—	—	—	—	(405)	405	—
Ações outorgadas reconhecidas		—	967	—	—	—	—	967	7	974
Transações com pagamento baseado em ações	36	—	(13.479)	—	—	—	—	(13.479)	(118)	(13.597)
Dividendos não reclamados de não controladores		—	1.465	—	—	—	—	1.465	13	1.478
Dividendos e juros sobre capital próprio	30 d)	—	—	—	—	(724.565)	(801.495)	(1.526.060)	(316.193)	(1.842.253)
Constituição de reserva de retenção de lucros	30 d)	—	—	—	—	801.494	(801.494)	—	—	—
Total de contribuições e distribuições		—	(11.452)	—	—	76.929	(1.602.989)	(1.537.512)	(78.426)	(1.615.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.272.500	2.860.598	154.985	46.563	1.254.318	—	6.588.964	2.204.656	8.793.620

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

(i) Para mais detalhes ver nota 30.f).

Nota	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Legal	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.272.500	2.886.216	127.919	46.563	1.011.449	—	6.344.647	28.466	6.373.113
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.848.640	1.848.640	128.658	1.977.298
Resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	24.842	—	—	—	24.842	216	25.058
Total de outros resultados abrangentes	—	—	24.842	—	—	1.848.640	1.873.482	128.874	2.002.356
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:									
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	—	(1.022)	—	—	—	—	(1.022)	1.022	—
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	2.924.376	2.924.376
Aquisição de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	(888.649)	(888.649)
Dividendos e juros sobre capital próprio	30 d)	—	—	—	(211.021)	(1.471.679)	(1.682.700)	(107.433)	(1.790.133)
Constituição reserva de retenção de lucros	—	—	—	—	376.961	(376.961)	—	—	—
Ações outorgadas reconhecidas	—	2.319	—	—	—	—	2.319	(1.000)	1.319
Transações com pagamento baseado em ações	—	(15.463)	—	—	—	—	(15.463)	(135)	(15.598)
Total de contribuições e distribuições	—	(14.166)	—	—	165.940	(1.848.640)	(1.696.866)	1.928.181	231.315
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.272.500	2.872.050	152.761	46.563	1.177.389	—	6.521.263	2.085.521	8.606.784

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.538.276	1.817.423	2.614.133	2.256.638
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	32	4.142	3.156	899.635	776.248
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	14.1	(1.707.820)	(1.832.290)	(178.978)	(98.033)
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	33	50	—	31.174	51.724
Transações com pagamento baseado em ações	36	53.404	25.117	60.801	28.478
Provisão para demandas judiciais	33	—	—	7.225	11.035
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		95.714	24.078	1.257.600	808.597
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	15	—	—	(110.125)	339.854
Resultado nas operações de derivativos, líquidos		—	—	—	(248.123)
Provisão de bônus e participação no resultado		26.013	19.834	109.314	83.877
Provisão para perdas de crédito esperadas	11	—	—	17.314	16.861
Realização de receita diferida		(77.981)	—	(592.601)	—
Outros		—	—	43.695	8.360
		(68.202)	57.318	4.159.187	4.035.516
Varição em:					
Contas a receber de clientes		—	—	398.863	(248.081)
Estoque		—	—	(207.963)	(3.106)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		1.704	(48.533)	(673.950)	(224.729)
Partes relacionadas, líquidas		19.412	(6.584)	4.538	(588)
Fornecedores e outros passivos financeiros		4.793	1.221	(254.941)	(213.287)
Ordenados e salários a pagar		8.330	1.827	(54.190)	(34.367)
Receita Diferida		—	77.981	—	592.601
Obrigação de benefício pós-emprego		—	—	(26.931)	(25.963)
Outros ativos e passivos, líquidos		18.970	3.534	(41.974)	48.610
		53.209	29.446	(856.548)	(108.910)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais					
		(14.993)	86.764	3.302.639	3.926.606
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em subsidiárias e associadas	14.1 a)	(916.724)	(258.000)	—	—
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	14.3	—	(1.629.688)	(135.000)	(2.378.196)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		(1.329)	518.381	(153.736)	1.434.994
Caixa restrito		—	—	(567)	(4.100)
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	14.1 c)	732.171	1.884.192	210.492	99.519
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(10.090)	(1.499)	(2.317.889)	(1.659.202)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido		—	—	—	728.542

Outros ativos financeiros		—	—	—	(24.953)
Operação descontinuada	14.1 c)	—	—	62.699	44.969
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		—	—	6.194	—
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		—	—	(11.291)	—
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		—	—	4.637	8.319
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		(195.972)	513.386	(2.334.461)	(1.750.108)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	1.728.823	398.106	3.128.374	2.944.147
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22	—	—	(1.547.820)	(2.275.698)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(57.236)	(52.111)	(400.070)	(523.774)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	(459.378)	(294.300)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	284.728	19.882
Amortização de principal sobre arrendamentos	25	(2.014)	(1.637)	(38.590)	(10.891)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	25	(1.745)	(1.059)	(53.708)	(5.375)
Aquisição de participações de acionista não controladores		—	(468.070)	—	(468.070)
Dividendos pagos	30	(1.042.611)	(1.622.247)	(1.340.220)	(1.709.838)
Instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		—	—	—	4.293
Pagamento de remuneração baseada em ações	36	—	—	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		625.217	(1.747.018)	(440.281)	(2.335.221)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		414.252	(1.146.868)	527.897	(158.723)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		265.994	1.412.862	3.403.635	3.562.358
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		680.246	265.994	3.931.532	3.403.635
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		(460)	(7.408)	(465.866)	(178.547)

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja nota 16.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Em 23 de dezembro de 2023 a subsidiária Comgás deliberou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.393, a serem pagos no mês subsequente.

- (ii) Em 14 de dezembro de 2023 a subsidiária Commit constituiu dividendos propostos do montante de R\$ 50.000.
- (iii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$248.246 (R\$61.653 em 31 de dezembro de 2022).

Apresentação de juros e dividendos:

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receitas					
Receitas de distribuição de gás e comercialização de energia		—	—	19.952.854	23.088.128
Receita na prestação de serviços	31	—	—	638.956	587.302
Receita de construção	31	—	—	1.494.142	1.217.818
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		70.722	—	591.693	(94.777)
Provisão para perdas de crédito esperadas	11	—	—	(17.314)	(16.861)
		70.722	—	22.660.331	24.781.610
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos do gás, transporte e compra de energia		—	—	(14.493.969)	(17.804.975)
Custos dos serviços prestados		—	—	(53.632)	(37.596)
Custo de construção	32	—	—	(1.494.142)	(1.217.818)
Materiais, serviços e outras despesas		(63.244)	(33.666)	(560.380)	(458.711)
		(63.244)	(33.666)	(16.602.123)	(19.519.100)
Valor adicionado bruto		7.478	(33.666)	6.058.208	5.262.510
Retenções					
Depreciação e amortização	32	(4.142)	(3.156)	(899.635)	(776.248)
Valor adicionado líquido produzido		3.336	(36.822)	5.158.573	4.486.262
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	14.1	1.707.820	1.832.290	178.978	98.033
Receitas financeiras		66.129	196.058	1.283.025	885.653
		1.773.949	2.028.348	1.462.003	983.686
Valor adicionado total a distribuir		1.777.285	1.991.526	6.620.576	5.469.948
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		136.505	83.943	365.633	283.232
Remuneração direta		102.993	63.183	216.534	170.386
Benefícios		6.398	4.413	87.363	71.226
FGTS e outros		27.114	16.347	61.736	41.620
Impostos, taxas e contribuições		(39.479)	5.645	2.464.588	1.992.358
Federais		(41.549)	(6.443)	1.378.420	839.494
Estaduais		—	—	1.036.027	1.107.692
Municipais		2.070	12.088	50.141	45.172
Despesas financeiras e aluguéis		100.434	78.719	2.035.534	1.266.905
Juros e variação cambial		98.975	74.615	1.845.883	1.155.900
Aluguéis		1.459	4.104	43.886	31.845
Outros		—	—	145.765	79.160
Remuneração de capitais próprios		1.579.825	1.823.219	1.754.821	1.927.453
Participação dos acionistas não-controladores		—	—	174.997	104.234
Dividendos propostos		—	1.682.700	41.475	1.790.133
Resultado do exercício, líquido de destinações		1.579.825	140.519	1.538.349	33.086
Total		1.777.285	1.991.526	6.620.576	5.469.948

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja notas 3.3 e 16.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Compass Gás e Energia S.A. (“Compass Gás e Energia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 12 de novembro de 2014, registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (“B3”). A Companhia é controlada pela Cosan Dez Participações S.A (“Cosan Dez”), por meio de participação direta de 88% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A. (“Cosan”).

A Companhia tem como atividades principais, a Administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos com o objetivo em desenvolver um mercado de gás e energia cada vez mais amplo, transparente e competitivo no Brasil. Por meio de suas subsidiárias têm como atividades (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.

1.1 Realização da receita diferida da Compass Comercialização S.A. e Compass Gás e Energia S.A.

Em 01 julho de 2022, a Compass Comercialização S.A. (“Compass Comercialização”) firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito (“GNL”) com entregas previstas com fornecedores externos para 2023. Em contrapartida foi acordada uma compensação financeira entre as partes cujo recebimento foi inicialmente registrado no balanço da Compass Comercialização na rubrica de receita diferida. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R\$ 923.214, sendo R\$ 845.233 relacionado ao instrumento acima citado e R\$ 77.981 relacionado ao reconhecimento de bonificação recebida.

1.2 Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (“FSRU”)

Em 01 de julho de 2023, a subsidiária Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. (“TRSP”) passou a deter a gestão e responsabilidade sobre a Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (“FRSU”), sendo reconhecido o direito de uso e passivo de arrendamento atrelado no montante de R\$1.510.810. O ativo arrendado será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de GNL (“Gás Natural Liquefeito”) no TRSP. O prazo do arrendamento considerado foi de 20 anos sendo o contrato inicial de 10 anos com razoável certeza de prorrogação por dois períodos de 5 anos.

1.3 Aquisição de estoque de GNL na Compass Comercialização S.A.

Em setembro de 2023, a subsidiária Compass Comercialização S.A. (“Comercialização”) realizou a aquisição de uma carga de GNL no montante de R\$ 177.089. Esse estoque de gás será utilizado para os testes de comissionamento e início da operação do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. (“TRSP”).

Até o encerramento do exercício de 2023 não houve o efetivo consumo da carga tendo o seu saldo atualizado devido ao reconhecimento da perda por evaporação do GNL na rubrica de outras despesas no montante de R\$ 29.946.

1.4 Acordo comercial entre Compass Comercialização e Comgás

Em 24 de julho de 2023, a Comgás e Compass Comercialização celebraram um aditivo contratual, que contemplou o adiamento da data de início do contrato de fornecimento de gás, inicialmente estipulada para 1º de julho de 2023, conforme os termos do contrato original formalizado em agosto de 2021. Em decorrência da postergação, as partes acordaram uma compensação financeira no montante total de R\$453.316, dos quais R\$53.316 foram liquidados em 8 de agosto de 2023.

Em 26 de setembro de 2023, a Compass Comercialização realizou uma proposta adicional de compensação financeira à Comgás, no montante de R\$150.000, liquidada em 23 de outubro de 2023, em função da flexibilização do prazo de início de fornecimento ao longo do 1º trimestre de 2024. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado.

Por fim, em 24 de novembro de 2023, a Compass Comercialização realizou uma nova proposta de compensação financeira à Comgás, no montante de R\$150.000, liquidada em 28 de dezembro de 2023. Em contrapartida para que o gás natural comercializado sob o contrato de fornecimento de gás possa ser disponibilizado em quaisquer dos *citygates* da malha de distribuição. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado, que após essa compensação financeira passou a ser de R\$ 100.000, o qual será pago trimestralmente pelos próximos 5 anos mediante o cumprimento de obrigações de performance estabelecidas.

Como resultado desses acontecimentos, e com as devidas anuências da ARSESP, a Comgás recebeu até o momento o total de R\$353.316, que por conseguinte, parte desse montante, líquida dos impostos incidentes é redistribuída aos consumidores de acordo com as disposições previstas no contrato de concessão (vide nota explicativa 15).

1.5 Cisão Commit e ativo disponível para venda

Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada Commit Gás S.A. (“Commit”) para uma nova companhia denominada Norgás S.A. (“Norgás”). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará (“CEGÁS”), Companhia Potiguar de Gás (“POTIGÁS”), Gás de Alagoas S.A. (“ALGÁS”), Sergipe Gás S.A. (“SERGÁS”) e Companhia Pernambucana de Gás (“COPERGÁS”). A Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas.

A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Companhia de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como ‘ativo e passivo mantido para venda’ e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como ‘operação descontinuada’. Para mais detalhes vide nota explicativa 16.

1.6 Aquisição de 51% de participação societária na Biometano Verde Paulínia S.A.

Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização concluiu a aquisição do controle de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. (“BVP”). Para mais detalhes vide nota explicativa 14.3.

1.7 Impactos dos conflitos internacionais

A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, assim como os recentes acontecimentos no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Companhia continuará monitorando o aumento do risco nessas áreas para mudanças materiais.

2. Declaração de conformidade

Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2024.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - Mensuração de valor justo reconhecidas
- **Nota 11** - Contas a receber de clientes
- **Nota 14.3** - Aquisição de subsidiárias
- **Nota 15** - Ativos e passivos financeiros setoriais
- **Nota 18** - Intangível
- **Nota 20** - Direito de uso
- **Nota 24** - Compromissos
- **Nota 25** - Passivos de arrendamento
- **Nota 27** - Imposto de renda e contribuição social
- **Nota 28** - Provisões para demandas e depósitos judiciais
- **Nota 29** - Obrigações de benefício pós-emprego
- **Nota 36** - Pagamentos baseados em ações

3.3 Reclassificação na demonstração de resultados

A ARSESP através da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023.

Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, deve ser registrada no grupo de receitas operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela Companhia é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória (“CCR”) em seu resultado bruto, porém com alocações no grupo de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos podem variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas aos serviços de distribuição de gás canalizado.

A subsidiária Comgás reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá as exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes nas consolidações alinhadas com as práticas adotadas pelo grupo. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores utilizados pela subsidiária Comgás.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	20.133.787	(414.582)	19.719.205
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(16.561.153)	196.318	(16.364.835)
Resultado bruto	3.572.634	(218.264)	3.354.370
Despesas de vendas	(163.256)	—	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	(781.731)	218.264	(563.467)
Outras receitas operacionais, líquidas	(91.905)	—	(91.905)
Resultado Operacional	(1.036.892)	218.264	(818.628)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	2.535.742	—	2.535.742

4. Normas contábeis

4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil “As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração” e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass.
Alterações à IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass.

<p>Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros.</p>	<p>Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass.</p>
<p>Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois</p>	<p>Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado “Pilar Dois” e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 (“Tributos sobre o Lucro”).</p> <p>Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32).</p>	<p>A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu</p>

	<p>A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.</p>	<p>não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres.</p>
--	--	---

4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
<p>Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale-leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sales and leaseback</i>.</p>
<p>Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>"Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "covenants"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda <i>decision</i> por parte do IFRIC.</p>
<p>Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>"As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor."</p>

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

5. Informação por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela alta Administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (“*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*”).

Segmentos reportados:

- i. **Distribuição de Gás:** refere-se, principalmente, as distribuidoras de gás natural canalizado que a Companhia tem controle ou participação. As regiões de atuação são no Sudeste, Sul, Centro, Norte e Nordeste do país e atendem clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.
- ii. **Marketing & serviços:** refere-se, principalmente, a comercialização de gás, sendo a compra e a venda de gás a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. O segundo semestre de 2023 marcou o início das operações deste segmento através da Compass Comercialização S.A., esse segmento inclui também outros investimentos em processo de desenvolvimento e atividades corporativas, incluindo TRSP – Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo, Rota 4 Participações S.A. (“Rota 4”) e Edge – Empresa de Geração de Energia S.A. (“Edge”).

Além do portfólio de investimentos no setor de gás a Companhia apresenta os efeitos em seu resultado relacionados as atividades corporativas da Compass Gás e Energia S.A. de forma separada no segmento “Compass Corporativo”.

	31/12/2023				
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	Consolidado
Resultado					
Receita operacional bruta	22.099.990	—	—	—	22.099.990
Receita operacional líquida	17.767.327	—	—	—	17.767.327
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.256.031)	—	—	—	(14.256.031)
Resultado bruto	3.511.296	—	—	—	3.511.296
Despesas de vendas	(164.399)	—	—	—	(164.399)
Despesas gerais e administrativas	(460.247)	(120.347)	(207.421)	—	(788.015)
Outras receitas operacionais, líquidas	120.155	416.348	70.723	—	607.226
Resultado de equivalência patrimonial	178.978	—	1.707.820	(1.707.820)	178.978
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.365.055)	(194.556)	(98.971)	—	(1.658.582)
Receitas financeiras	1.027.158	189.738	66.129	—	1.283.025
Variação cambial	144.191	8.405	(4)	—	152.592
Derivativos	(481.225)	(26.763)	—	—	(507.988)
Resultado financeiro, líquido	(674.931)	(23.176)	(32.846)	—	(730.953)
Imposto de renda e contribuição social	(808.862)	(91.998)	41.549	—	(859.311)
Resultado líquido do exercício	1.701.990	180.827	1.579.825	(1.707.820)	1.754.822
Resultado operações descontinuadas	45.419	—	23.164	(23.164)	45.419
Resultado líquido das operações descontinuadas	1.747.409	180.827	1.602.989	(1.730.984)	1.800.241
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	1.550.678	180.306	1.602.989	(1.730.984)	1.602.989
Acionistas não controladores	196.731	521	—	—	197.252
	1.747.409	180.827	1.602.989	(1.730.984)	1.800.241
Outras informações selecionadas					
Depreciação e amortização	856.312	39.181	4.142	—	899.635
EBITDA	4.042.095	335.182	1.575.264	(1.707.820)	4.244.721
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(1.642.400)	(665.399)	(10.090)	—	(2.317.889)
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do exercício	1.701.990	180.827	1.579.825	(1.707.820)	1.754.822
Impostos de renda e contribuição social	808.862	91.998	(41.549)	—	859.311
Resultado financeiro	674.931	23.176	32.846	—	730.953
Depreciação e amortização	856.312	39.181	4.142	—	899.635
EBITDA	4.042.095	335.182	1.575.264	(1.707.820)	4.244.721

31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾

	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	Consolidado
Resultado					
Receita operacional bruta	24.683.430	263.537	—	—	24.946.967
Receita operacional líquida	19.480.660	238.545	—	—	19.719.205
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(16.103.943)	(260.892)	—	—	(16.364.835)
Resultado bruto	3.376.717	(22.347)	—	—	3.354.370
Despesas de vendas	(163.259)	3	—	—	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	(395.959)	(30.545)	(136.963)	—	(563.467)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(83.213)	(9.351)	659	—	(91.905)
Resultado de equivalência patrimonial	98.033	—	1.832.290	(1.832.290)	98.033
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.102.821)	(114.331)	(74.698)	—	(1.291.850)
Receitas financeiras	556.822	145.224	196.053	—	898.099
Varição cambial	108.227	(5.654)	82	—	102.655
Derivativos	(110.213)	24.172	—	—	(86.041)
Resultado financeiro, líquido	(547.985)	49.411	121.437	—	(377.137)
Imposto de renda e contribuição social	(339.575)	4.594	5.796	—	(329.185)
Resultado líquido do exercício	1.944.759	(8.235)	1.823.219	(1.832.290)	1.927.453
Resultado operações descontinuadas	49.845	—	25.421	(25.421)	49.845
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	1.994.604	(8.235)	1.848.640	(1.857.711)	1.977.298
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	1.865.946	(8.235)	1.848.640	(1.857.711)	1.848.640
Acionistas não controladores	128.658	—	—	—	128.658
	1.994.604	(8.235)	1.848.640	(1.857.711)	1.977.298
Outras informações selecionadas					
Depreciação e amortização	772.462	630	3.156	—	776.248
EBITDA	3.604.781	(61.610)	1.699.142	(1.832.290)	3.410.023
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(1.271.149)	(386.554)	(1.499)	—	(1.659.202)
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do exercício	1.944.759	(8.235)	1.823.219	(1.832.290)	1.927.453
Impostos de renda e contribuição social	339.575	(4.594)	(5.796)	—	329.185
Resultado financeiro	547.985	(49.411)	(121.437)	—	377.137
Depreciação e amortização	772.462	630	3.156	—	776.248
EBITDA	3.604.781	(61.610)	1.699.142	(1.832.290)	3.410.023

(i) Para mais detalhes veja a nota 3.3 e 16. Adicionalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atualizou sua estrutura de divulgação por segmentos, com isso, as informações correspondentes ao exercício anterior estão sendo reapresentadas.

31/12/2023

	Segmentos reportados		Reconciliação		Consolidado
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	
Itens do balanço patrimonial:					
Caixa e equivalentes de caixa	2.891.989	359.297	680.246	—	3.931.532
Títulos e valores mobiliários	794.978	2.466	2.823	—	800.267
Contas a receber de clientes	1.550.598	375	—	—	1.550.973
Instrumentos financeiros derivativos	140.645	35.010	—	—	175.655
Estoques	152.116	140.219	—	—	292.335
Impostos a recuperar	602.829	94.969	50.408	—	748.206
Ativos financeiro setorial	548.700	—	—	—	548.700
Ativos circulantes mantidos para venda	911.500	—	387.215	(387.215)	911.500
Outros ativos financeiros	2.423	—	—	—	2.423
Outros ativos circulantes	239.460	28.683	379.429	(417.373)	230.199
Outros ativos não circulantes	497.329	252.794	80.486	—	830.609
Investimento em subsidiárias e associadas	1.630.124	—	7.869.712	(7.869.712)	1.630.124
Ativo de contrato	1.041.421	—	—	—	1.041.421
Direito de uso	62.459	1.511.675	14.158	—	1.588.292
Imobilizado	5.776	1.237.756	11.480	—	1.255.012
Intangíveis	12.593.878	698.595	6.782	—	13.299.255
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.118.107)	(735.564)	(2.163.479)	—	(10.017.150)
Passivos financeiros derivativos	(360.637)	(147)	—	—	(360.784)
Fornecedores	(1.503.055)	(23.416)	(7.570)	—	(1.534.041)
Ordenados e salários a pagar	(137.623)	(23.042)	(140.895)	—	(301.560)
Passivos financeiros setoriais	(1.810.698)	—	—	—	(1.810.698)
Impostos e contribuição social a pagar	(482.876)	(6.006)	(5.302)	—	(494.184)
Outras contas a pagar circulantes	(858.496)	(54.260)	(561.307)	417.373	(1.056.690)
Passivos não circulantes disponíveis a venda	(152.255)	—	—	—	(152.255)
Passivos de arrendamento	(57.974)	(1.563.747)	(15.222)	—	(1.636.943)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.958.443)	(197.940)	—	—	(2.156.383)
Passivo atuarial	(442.164)	—	—	—	(442.164)
Outras contas a pagar não circulantes	(67.879)	(12.152)	—	—	(80.031)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	8.716.018	1.745.565	6.588.964	(8.256.927)	8.793.620
Ativo total	23.666.225	4.361.839	9.482.739	(8.674.300)	28.836.503
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores	6.749.343	1.507.584	6.588.964	(8.256.927)	6.588.964
Acionistas não controladores	1.966.675	237.981	—	—	2.204.656
Total do patrimônio líquido	8.716.018	1.745.565	6.588.964	(8.256.927)	8.793.620

	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾				
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:					
Caixa e equivalentes de caixa	2.478.458	659.183	265.994	—	3.403.635
Títulos e valores mobiliários	569.296	8.027	1.035	—	578.358
Contas a receber de clientes	1.910.584	20.621	—	—	1.931.205
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	47.103	—	—	391.863
Estoques	133.881	—	—	—	133.881
Impostos a recuperar	995.453	93.601	59.369	8.417	1.156.840
Ativos financeiro setorial	342.333	—	—	—	342.333
Outros ativos financeiros	2.295	—	—	—	2.295
Outros ativos circulantes	199.824	17.931	64.069	(63.633)	218.191
Outros ativos não circulantes	290.207	229.046	38.937	1	558.191
Investimento em subsidiárias e associadas	2.525.292	—	6.686.237	(6.686.237)	2.525.292
Ativo de contrato	1.110.335	—	—	—	1.110.335
Direito de uso	62.214	8.533	12.312	—	83.059
Imobilizado	147	665.479	5.947	—	671.573
Intangíveis	11.906.408	107.248	1.479	—	12.015.135
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.054.357)	(824.866)	(399.616)	—	(8.278.839)
Passivos financeiros derivativos	(399.866)	(485)	—	—	(400.351)
Fornecedores	(1.784.176)	(56.640)	(1.994)	—	(1.842.810)
Ordenados e salários a pagar	(127.412)	(8.713)	(57.460)	—	(193.585)
Receita diferida	—	(514.620)	(77.981)	—	(592.601)
Passivos financeiros setoriais	(1.616.616)	—	—	—	(1.616.616)
Impostos e contribuição social a pagar	(386.648)	(1.680)	(13.155)	—	(401.483)
Outras contas a pagar circulantes	(410.710)	(15.963)	(50.834)	99.062	(378.445)
Passivos de arrendamento	(54.707)	(8.903)	(12.996)	—	(76.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.160.627)	(564)	—	—	(2.161.191)
Passivo atuarial	(448.157)	—	—	—	(448.157)
Outras contas a pagar não circulantes	(124.638)	—	(80)	—	(124.718)
Ativo total (líquido de passivos)	8.303.573	424.338	6.521.263	(6.642.390)	8.606.784
Ativo total	22.871.487	1.856.772	7.135.379	(6.741.452)	25.122.186
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores	6.218.052	424.338	6.521.263	(6.642.390)	6.521.263
Acionistas não controladores	2.085.521	—	—	—	2.085.521
Total do patrimônio líquido	8.303.573	424.338	6.521.263	(6.642.390)	8.606.784

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atualizou sua estrutura de divulgação por segmentos, com isso, as informações correspondentes ao exercício anterior estão sendo reapresentadas.

5.1 Receita operacional líquida por categoria de clientes

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Distribuição de gás		
Industrial	11.411.212	12.945.164
Residencial	2.202.348	2.200.849
Cogeração	710.288	943.907
Automotivo	592.917	928.468
Comercial	820.685	814.962
Termogeração	2.517	11.197
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Outros	533.218	418.295
Total	17.767.327	19.480.660
Marketing & serviços		
Comercialização de energia elétrica	—	238.545
Total	—	238.545
Total	17.767.327	19.719.205

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja nota 3.3.

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outras categorias.

6. Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	9	673.581	264.908	2.969.358	3.092.439
Contas a receber de clientes	11	—	—	1.550.973	1.931.205
Caixa restrito	10	—	—	4.678	4.100
Recebíveis de partes relacionadas	12	7.554	21.130	10.884	6.558
Ativos financeiros setoriais	15	—	—	548.700	342.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14.1c	370.912	42.773	35.797	101.027
Total		1.052.047	328.811	5.120.390	5.477.662
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.665	1.086	962.174	311.196
Títulos e valores mobiliários	10	2.823	1.035	800.267	578.358
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	175.655	391.863
Total		9.488	2.121	1.938.096	1.281.417
Total		1.061.535	330.932	7.058.486	6.759.079
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(2.163.479)	(399.616)	(3.998.033)	(1.670.370)
Fornecedores	26	(7.570)	(1.994)	(1.534.041)	(1.842.810)
Outros passivos financeiros		—	—	(133.937)	(72.579)
Passivos de arrendamento	25	(15.222)	(12.996)	(1.636.943)	(76.606)
Pagáveis a partes relacionadas	12	(7.588)	(1.751)	(23.269)	(14.764)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30	(526.060)	(42.611)	(569.956)	(72.863)
Passivos financeiros setoriais	15	—	—	(1.810.698)	(1.616.616)
Parcelamento de débitos tributários		—	—	(5.219)	(5.549)
Total		(2.719.919)	(458.968)	(9.712.096)	(5.372.157)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	—	—	(6.019.117)	(6.608.469)
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	(360.784)	(400.351)
Total		—	—	(6.379.901)	(7.008.820)
Total		(2.719.919)	(458.968)	(16.091.997)	(12.380.977)

7. Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia e suas subsidiárias possuem uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia e suas subsidiárias, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas subsidiárias usam dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia e suas subsidiárias em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nos instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Nota	Valor contábil e valor justo ⁽ⁱ⁾	
		31/12/2023	31/12/2022
		Nível 2	Nível 2
Ativos			
Aplicações em fundos de investimento	9	962.174	311.196
Títulos e valores mobiliários	10	800.267	578.358
Instrumentos financeiros derivativos	23	175.655	391.863
Total		1.938.096	1.281.417
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(6.019.117)	(6.608.469)
Instrumentos financeiros derivativos	23	(360.784)	(400.351)
Total		(6.379.901)	(7.008.820)

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas subsidiárias que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato deles possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia e suas subsidiárias.

8. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia e suas subsidiárias a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia e suas subsidiárias é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia e suas subsidiárias utilizam derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco.

(i) Risco cambial

Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Passivos de arrendamento ⁽ⁱ⁾	(1.548.942)	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.040.452)	(1.773.947)
Instrumentos financeiros derivativos - dívidas	2.040.452	1.773.947
Instrumentos financeiros derivativos - cambiais	30.530	(24.875)
Total	(1.518.412)	(24.875)

(i) A Companhia designou 100% do passivo de arrendamento exposto a dólar para proteção de receitas futuras altamente prováveis, conforme demonstrado na nota 23 c).

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2023, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos de arrendamentos	Alta cambial	(1.599.717)	(1.999.646)	(2.399.575)	(1.199.787)	(799.858)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(2.107.339)	(2.634.173)	(3.161.008)	(1.580.504)	(1.053.669)
Instrumentos financeiros derivativos - dívida	Baixa cambial	2.107.339	2.634.173	3.161.008	1.580.504	1.053.669
Instrumentos financeiros derivativos - cambiais	Baixa cambial	26.177	7.112	2.821	58.880	124.989
Exposição cambial, líquida		(1.573.540)	(1.992.534)	(2.396.754)	(1.140.907)	(674.869)

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados em 31 de dezembro de 2023, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/U.S.\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio					Cenários
	31/12/2023	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000

(ii) Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	390.993	488.741	586.489	293.245	195.496
Títulos e valores mobiliários	81.270	101.587	121.905	60.952	40.635
Caixa restrito	409	512	614	307	205
Instrumentos financeiros derivativos	(225.318)	(214.031)	(209.885)	(228.175)	(239.087)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(486.940)	(608.676)	(730.411)	(365.205)	(243.470)
Total	(239.586)	(231.867)	(231.288)	(238.876)	(246.221)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%
IGPM	3,34%	4,17%	5,10%	2,50%	1,67%

(iii) Risco de preço• **Gás Natural**

A Companhia e suas subsidiárias realizam operações com derivativos de gás natural, a fim de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural em seus contratos de compra e venda de gás natural com entidades terceiras. Parte desses instrumentos estarem designados em *hedge accounting* para a proteção dos fluxos de caixa (vide nota 23), abaixo apresentamos uma análise de sensibilidade referente a oscilação de preço:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativos de Brent	Varição no preço U.S.\$ / bbl	7.375	9.216	11.067	5.527	3.689

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.931.532	3.403.635
Títulos e valores mobiliários	800.267	578.358
Caixa restrito	4.678	4.100
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	1.550.973	1.931.205
Instrumentos financeiros derivativos	175.655	391.863
Recebíveis de partes relacionadas	10.884	6.558
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	35.797	101.027
Total	6.509.786	6.416.746

(i) Em 31 de dezembro de 2023, as subsidiárias do segmento de distribuição de gás possuíam uma carteira de aproximadamente 2,53 milhões de clientes (não auditado), das categorias residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
AAA	4.635.702	3.079.698
AA	151.497	1.159.780
A	124.932	—
A-	—	138.478
Total	4.912.131	4.377.956

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia e suas subsidiárias é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023				31/12/2022	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.281.876)	(1.642.705)	(2.889.975)	(6.614.672)	(13.429.228)	(12.369.633)
Fornecedores	(1.534.041)	—	—	—	(1.534.041)	(1.842.810)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(133.937)	—	—	—	(133.937)	(72.579)
Parcelamento de débitos tributários	(904)	(905)	(1.810)	(1.885)	(5.504)	(5.851)
Passivos de arrendamento	(159.587)	(322.133)	(326.701)	(2.538.675)	(3.347.096)	(61.269)
Pagáveis a partes relacionadas	(23.269)	—	—	—	(23.269)	(14.764)
Dividendos a pagar	(569.956)	—	—	—	(569.956)	(72.863)
Instrumentos financeiros derivativos	(299.230)	(213.155)	(116.671)	827.553	198.497	626.273
Total	(5.002.800)	(2.178.898)	(3.335.157)	(8.327.679)	(18.844.534)	(13.813.496)

- (i) Na subsidiária Comgás, em 31 de dezembro de 2023 o saldo antecipado pelos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 133.397 (R\$ 72.579 em 31 de dezembro de 2022). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	91	22	82.814	131.802
Aplicações financeiras	680.155	265.972	3.848.718	3.271.833
	680.246	265.994	3.931.532	3.403.635

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	6.665	1.086	962.174	311.196
	6.665	1.086	962.174	311.196
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	—	115.592	20.691
Certificado de depósitos bancários - CDB	673.490	264.886	2.760.025	2.939.946
Outras	—	—	10.927	—
	673.490	264.886	2.886.544	2.960.637
	680.155	265.972	3.848.718	3.271.833

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Veja a nota 8 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros.

10. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Títulos públicos	2.823	1.035	800.267	578.358
	2.823	1.035	800.267	578.358
Caixa restrito				
Caixa restrito em operação societária	—	—	578	—
Valores mobiliários dados em garantia	—	—	4.100	4.100
Total	—	—	4.678	4.100

Possuem taxa de juros atrelada à SELIC (taxa básica de juros) com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI com liquidez diária.

11. Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas de gás a receber	889.012	1.052.703
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	782.813	968.147
Outros	9.932	34.449
Sub-total	1.681.757	2.055.299
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(130.784)	(124.094)
Total	1.550.973	1.931.205
Circulante	1.525.366	1.908.388
Não circulante	25.607	22.817
Total	1.550.973	1.931.205

- (i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	1.472.532	1.854.522
Vencidas:		
Até 30 dias	56.031	68.111
De 31 a 60 dias	11.460	13.468
De 61 a 90 dias	6.497	7.322
Mais de 90 dias	135.237	111.876
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(130.784)	(124.094)
Total	1.550.973	1.931.205

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber é a seguinte:

	Nota	Consolidado
Saldo em 31/12/2021		(93.424)
(Adições) reversões		(16.861)
Baixas		18.114
Combinação de negócios	14.3 b)	(31.923)
Saldo em 31/12/2022		(124.094)
(Adições) reversões		(17.314)
Baixas		10.624
Saldo em 31/12/2023		(130.784)

12. Partes relacionadas

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas, adicionalmente, os acordos firmados são avaliados e aprovados em comitê de partes relacionadas.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	128	186	350	4.390
Cosan S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	1.299	1.299	1.299	1.370
Commit Gás S.A.	3.958	8.070	—	—
Compass Um Participações S.A.	—	8.664	—	—
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	—	1.737	—	—
Compass Comercialização S.A.	1.072	—	—	—
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	635	614	—	—
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	—	40	—	—
Norgás S.A.	—	—	8.976	—
Outros	462	520	259	798
Total	7.554	21.130	10.884	6.558

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	178	502	10.234	13.421
Cosan S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	4.253	996	4.258	996
Commit Gás S.A.	2.838	—	—	—
Norgás S.A.	—	—	6.816	—
Outros	319	253	1.961	347
Total	7.588	1.751	23.269	14.764

- (i) Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia e suas subsidiárias. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.
- (ii) Despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia.

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	—	—	6.481	28.006
Elevações Portuárias S.A.	—	—	397	689
Total	—	—	6.878	28.695
Custo operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	—	—	—	(33.242)
Total	—	—	—	(33.242)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Raízen S.A. e suas controladas	(1.459)	1.216	(23.894)	(27.781)
Cosan S.A.	(10.883)	(6.001)	(14.446)	(6.001)
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	47	3.476	—	—
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	16.815	—	—	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	2.591	—	2.591	—
Commit Gás S.A.	(2.267)	8.100	—	—
Outros	484	—	(1.926)	—
Total	5.328	6.791	(37.675)	(33.782)
Resultado financeiro				
Rumo Malha Paulista S.A.	—	—	8.642	12.105
Total	—	—	8.642	12.105
Total	5.328	6.791	(22.155)	(26.224)

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Apresentamos a seguir o resultado da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	35.464	22.623	90.862	60.483
Transações com pagamentos baseados em ações	—	50	114	1.691
Bônus de longo prazo a administradores	39.845	17.960	55.313	24.883
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	—	—	1.164	—
Benefícios pós-emprego	524	498	1.836	1.345
Total	75.833	41.131	149.289	88.402

d) Demais transações com partes relacionadas:

Em 7 de junho de 2023, a subsidiária Comgás firmou contrato de compra e venda de créditos de ICMS com a Rumo Malha Paulista S.A, no valor de R\$157.179 e deságio de 10%. A transferência do crédito está condicionada à autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ. Até 31 de dezembro de 2023, foram autorizados e transferidos R\$78.917, pelos quais a Companhia pagou R\$67.025 gerando um ganho de R\$8.642, reconhecido na linha de receitas financeiras com partes relacionadas (nota 12.b).

As subsidiárias Compass Comercialização e Comgás celebraram acordo comercial cujos efeitos, descritos na nota 1.4, são eliminados para fins de consolidação.

13. Outros tributos a recuperar**Política Contábil:**

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
COFINS ⁽ⁱ⁾	183.704	528.028
PIS ⁽ⁱ⁾	36.604	219.853
ICMS	308.605	226.823
Outros	8.661	6.774
Total	537.574	981.478
Circulante	291.435	769.197
Não circulante	246.139	212.281
Total	537.574	981.478

- (i) Em 13 maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia por meio de suas subsidiárias reconheceu créditos referentes ao tema.

No deferimento dos créditos de PIS e COFINS, a Companhia por meio de suas subsidiárias passou a utilizá-lo para os pagamentos mensais de PIS e COFINS, bem como para os pagamentos de IRPJ e CSLL.

14. Investimento em subsidiária e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

b) Associada

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

14.1. Investimento em subsidiárias e associadas

As subsidiárias e associadas diretas e indiretas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Participações diretas em subsidiárias		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	99,14%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	99,99%	100,00%
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	99,99%	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	99,99%	100,00%
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	100,00%	99,98%
Compass Comercialização S.A.	100,00%	100,00%
Compass Um Participações S.A.	100,00%	100,00%
Commit Gás S.A.	51,00%	51,00%
Norgás S.A. ⁽ⁱ⁾	51,00%	—
Edge International SA In Gründung ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	—
Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	51,00%
Participação da Commit Gás S.A. em suas subsidiárias e associadas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	49,00%	49,00%
Necta Gás Natural S.A.	100,00%	100,00%
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS ⁽ⁱ⁾	—	29,44%
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS ⁽ⁱ⁾	—	29,44%
CEG Rio S.A.	37,41%	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,50%	24,50%
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS ⁽ⁱ⁾	—	83,00%
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	41,00%
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS ⁽ⁱ⁾	—	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ⁽ⁱ⁾	—	41,50%
Participação da Norgás S.A. em suas associadas		
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS ⁽ⁱ⁾	29,44%	—
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS ⁽ⁱ⁾	29,44%	—
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS ⁽ⁱ⁾	83,00%	—
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS ⁽ⁱ⁾	41,50%	—
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ⁽ⁱ⁾	41,50%	—
Participação da Compass Comercialização S.A. em suas subsidiárias		
Biometano Verde Paulínia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	51,00%	—
Ute Porto de Suape LTDA.	100,00%	100,00%

(i) Investimento destinado para venda em 09 de outubro 2023, conforme detalhado na nota 1.5.

(ii) Aquisição de controle de participação societária, conforme detalhado na nota 14.3.

(iii) Entidade constituída em 18 de dezembro de 2023 em Genebra-Suíça, cuja moeda funcional é o dólar dos Estados Unidos.

A seguir estão os investimentos em subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2023, que são relevantes para a Companhia:

a) Controladora

Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada (i)	Dividendos declarados	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Efeitos da cisão e outros	Reclassificação mantidos para venda (i)	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.131.216	1.316.903	—	(745.729)	—	15.837	(11.050)	—	3.707.177	328.255
Compass Comercialização S.A.	363.367	267.522	—	—	150.000	(1.877)	—	—	779.012	—
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	38.190	(84.302)	—	—	750.000	(11.926)	—	—	691.962	307
Rota 4 Participações S.A.	13.116	301	—	—	—	—	—	—	13.417	25
Compass Um Participações S.A.	988.298	40.891	—	(514)	—	—	—	—	1.028.675	876
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	9.664	(3.211)	—	—	15.152	—	—	—	21.605	—
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	—	5	—	—	1.000	—	—	—	1.005	—
Edge International SA In Gründung	—	—	—	—	567	10	—	—	577	—
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	—	—	—	—	5	—	—	—	5	—
Norgás S.A.	—	—	—	—	—	—	387.215	(387.215)	—	—
Commit Gás S.A.	2.142.386	169.711	23.164	(321.949)	—	180	(387.215)	—	1.626.277	41.449
Total	6.686.237	1.707.820	23.164	(1.068.192)	916.724	2.224	(11.050)	(387.215)	7.869.712	370.912

(i) Para maiores informações, vide nota 16.

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Aumento de capital	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31/12/2022	Dividendos a receber
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.282.832	1.716.133	—	(1.879.448)	—	—	11.699	3.131.216	41.429
Compass Comercialização S.A.	143.661	(30.294)	—	—	250.000	—	—	363.367	—
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	6.159	32.338	—	(307)	—	—	—	38.190	307
Rota 4 Participações S.A.	16.670	(3.554)	—	—	—	—	—	13.116	25
Compass Um Participações S.A.	950.540	38.119	—	(362)	—	—	1	988.298	362
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	8.388	(6.724)	—	—	8.000	—	—	9.664	—
Commit Gás e Energia S.A.	—	86.272	25.421	(67.065)	—	2.097.758	—	2.142.386	650
Total	4.408.250	1.832.290	25.421	(1.947.182)	258.000	2.097.758	11.700	6.686.237	42.773

A seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Saldo em 31/12/2023				Saldo em 31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	13.738.834	(12.044.661)	1.694.173	1.408.786	12.664.111	(11.631.358)	1.032.753	1.811.479
Compass Comercialização S.A.	815.602	(36.589)	779.013	267.522	932.718	(569.350)	363.368	(30.294)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	3.076.673	(2.384.714)	691.959	(84.302)	910.332	(871.836)	38.496	32.338
Rota 4 Participações S.A.	13.637	(219)	13.418	301	13.524	(407)	13.117	(3.554)
Compass Um Participações S.A.	1.058.196	(3.200)	1.054.996	54.051	998.502	(9.842)	988.660	38.119
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	23.960	(2.356)	21.604	(3.211)	13.787	(4.123)	9.664	(6.724)
Commit Gás e Energia S.A.	2.342.484	(113.995)	2.228.489	495.094	3.054.525	(87.359)	2.967.166	341.813
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	1.007	(2)	1.005	5	—	—	—	—
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	5	—	5	—	—	—	—	—
Edge International SA In Gründung	578	—	578	—	—	—	—	—

b) Consolidado

Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada (i)	Dividendos declarados	Outros	Reclassificação mantidos para venda (i)	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	424.837	36.300	—	(57.956)	351	—	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	—	5.921	(19.238)	—	(401.984)	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	—	(24.525)	—	—	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - Sergás	69.430	—	3.230	(5.466)	—	(67.194)	—	—
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	—	11.573	(13.676)	1.446	(183.880)	—	—
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	—	(70.916)	—	—	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	—	(14.497)	—	—	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	168.887	—	14.371	(13.118)	—	(170.140)	—	—
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	—	10.324	(8.492)	(624)	(69.656)	—	—
Total	2.525.292	178.978	45.419	(227.884)	1.173	(892.854)	1.630.124	35.797

(i) Para maiores informações, vide nota 16.

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Combinação de negócios	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31/12/2022	Dividendos a receber
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	—	19.931	—	411.737	(6.831)	—	424.837	44.121
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	—	—	19.094	405.700	(9.493)	—	415.301	8.300
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	—	34.885	—	608.468	(15.524)	—	627.829	16.214
Sergipe Gás S.A. - Sergás	—	—	9.015	63.856	(3.441)	—	69.430	3.202
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	—	—	6.717	182.009	(4.189)	—	184.537	—
CEG Rio S.A.	—	29.686	—	261.336	(16.542)	—	274.480	14.968
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	—	13.531	—	284.173	(6.161)	—	291.543	3.837
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	—	—	9.066	168.211	(8.390)	—	168.887	7.674
Gás de Alagoas S.A. - Algás	—	—	5.953	66.001	(2.984)	(522)	68.448	2.711
Total	—	98.033	49.845	2.451.491	(73.555)	(522)	2.525.292	101.027

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Saldo em 31/12/2023				Saldo em 31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.208.959	(685.288)	523.671	96.866	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.118.237	(399.252)	718.985	153.217	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
CEG Rio S.A.	1.944.385	(1.326.484)	617.901	233.099	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	390.976	(193.298)	197.678	56.649	339.695	(164.774)	174.921	11.448

c) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	Nota 25	—
Dividendos propostos	1.819.012	31.178
Juros sobre capital próprio proposto	128.170	42.377
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(19.220)	(31.589)
Dividendos e juros sobre capital recebidos	(1.884.192)	(99.519)
Combinação de negócios	14.3 b)	202.968
Operação descontinuada	—	(44.969)
Outros	(1.022)	581
Saldo em 31/12/2022	Nota 42.773	101.027
Dividendos propostos	1.015.726	194.364
Juros sobre capital próprio proposto	52.466	33.520
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(7.868)	(5.027)
Dividendos e juros sobre capital recebidos	(732.171)	(210.492)
Acervo líquido cindido	16	(18.646)
Operação descontinuada	—	(62.699)
Outros	(14)	3.750
Saldo em 31/12/2023	370.912	35.797

14.2. Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participação de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio – ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	Reclassificação de investimento	Outros	Saldo em 31/12/2023
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	27.152	11.419	(6.869)	—	—	443	32.145
Commit Gás S.A.	2.058.369	185.312	(309.324)	—	(372.030)	173	1.562.500
Norgás S.A. S.A.	—	—	—	—	372.030	—	372.030
Biometano Verde Paulínia S.A.	—	521	—	237.460	—	—	237.981
Total	2.085.521	197.252	(316.193)	237.460	—	616	2.204.656

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios (i)	Aquisição de não controladores	Outros	Saldo em 31/12/2022
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	28.466	14.881	(16.297)	—	—	102	27.152
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	—	6.466	(26.701)	908.883	(888.649)	1	—
Commit Gás S.A.	—	107.311	(64.435)	2.015.493	—	—	2.058.369
	28.466	128.658	(107.433)	2.924.376	(888.649)	103	2.085.521

(i) Para maiores informações, vide nota 14.3.

14.3. Aquisição de subsidiárias

Política contábil:

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer ágio que surja é testado anualmente quanto à recuperabilidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- i. a valor justo; ou
- ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao valor justo.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes.

Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. Estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

a) Biometano Verde Paulínia S.A.

Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R\$247.152, sendo R\$100.000 via aporte de capital, R\$135.000 pagos em parcela única para os antigos acionistas controladores e R\$12.152 referente a contraprestação contingente.

A BVP é uma Companhia de capital fechado com sede no Brasil cujas atividades envolverão a purificação e tratamento de Biogás e de produção, movimentação e comercialização de Biometano. A Compass Comercialização realizou a aquisição em linha com o objetivo de expansão do segmento de Marketing & Serviços, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente.

Na avaliação realizada pela Companhia, o preço de aquisição foi alocado como contrato de fornecimento de biogás, contrato de comodato e licenças pelo valor justo de R\$384.277. Os ativos intangíveis serão amortizados até 2045.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir:

Contraprestação transferida	31/12/2023
Aporte de capital	100.000
Transferência de caixa	135.000
Contraprestação contingente	12.152
Contraprestação transferida	247.152
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	100.341
Intangível	582.238
Fornecedores	(5)
Outras obrigações	(1)
IR e CS Diferidos	(197.961)
Participação dos acionistas não controladores	(237.460)
Ativos líquidos e adquiridos	247.152
Contraprestação contingente	(12.152)
Rendimentos de aplicação financeira	341
Caixa recebido	(100.341)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	135.000

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição lucro líquido no montante de R\$ 1.104, respectivamente geradas pela BVP. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2023, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaria um lucro líquido de R\$ 2.826 (não auditada).

A Administração para fins de procedimentos anuais avaliou os fatores da combinação de negócios e as estimativas utilizadas.

b) Commit e Sulgás

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição dos investimentos Sulgás e Commit. Na tabela abaixo demonstramos, a contraprestação paga e a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas datas das aquisições.

	31/12/2022			
	Sulgás	Commit	Efeitos consolidação	Consolidado
Contraprestação transferida - Parcela única	945.979	2.097.758	—	3.043.737
Valores reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e				
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	73.298	124.174	—	197.472
Contas a receber de clientes	90.828	142.528	—	233.356
Estoques	7.274	3.859	—	11.133
Dividendos a receber	—	254.493	(51.525)	202.968
Direito de uso	3.786	4.785	—	8.571
Ativos setoriais	—	59.757	—	59.757
Ativos mantidos para venda	—	726.243	—	726.243
Ativo de contrato	25.958	61.777	—	87.735
Imobilizado	—	257	—	257
Intangível	2.749.893	988.847	(1.230.182)	2.508.558
Investimentos	—	2.528.220	(76.729)	2.451.491
Outros créditos	142.180	87.248	—	229.428
Fornecedores	(107.833)	(90.689)	—	(198.522)
Arrendamentos	(3.940)	(8.543)	—	(12.483)
Impostos a pagar	(14.647)	(31.217)	—	(45.864)
IR e CS diferido	(871.183)	(649.324)	418.262	(1.102.245)
Provisão para contingências	(10.551)	(11.508)	—	(22.059)
Passivo setorial	(117.881)	(22.524)	—	(140.405)
Dividendos a pagar	(104.048)	—	51.525	(52.523)
Outras obrigações	(8.272)	(55.132)	—	(63.404)
Participação de acionistas não controladores	(908.883)	(2.015.493)	—	(2.924.376)
Ativos líquidos e adquiridos	945.979	2.097.758	(888.649)	2.155.088
Contraprestação transferida para aquisição de não controladores	—	(468.070)	—	(468.070)
Participação de não controladores	—	—	888.649	888.649
Contraprestação transferida, líquida de não controladores	945.979	1.629.688	—	2.575.667
Caixa adquirido	(73.298)	(124.174)	—	(197.472)
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido e não	872.681	1.505.514	—	2.378.195

Sulgás

Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada Compass Um Participações S.A. (“Compass Um”) concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”) de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R\$ 945.979, pago em caixa, que incluiu a antecipação de dividendos de R\$9.264. A partir dessa data, a Sulgás passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Sulgás está localizada na cidade de Porto Alegre, e tem como principal atividade a distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até abril de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 78 mil clientes em 41 municípios, com volume distribuído de 1,5 milhão m³/dia.

Na avaliação realizada pela Companhia, foram avaliados a valor justo os ativos e passivos adquiridos, e a diferença entre o valor justo desses ativos e passivos e o valor pago foi alocado como direito de concessão para distribuição de gás.

O valor justo do intangível de R\$ 2.749.893 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R\$ 2.582.077, apurado com base no contrato de concessão existente entre a Sulgás e poder concedente. O período de concessão é de 50 anos a partir da data contratada (19 de abril de 1994 a 18 de abril de 2044). A participação de não controladores na Sulgás foi mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis.

Os custos de aquisição da subsidiária Sulgás foram de R\$ 9.839. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R\$ 1.860.342 e R\$ 152.389, respectivamente geradas pela Sulgás. A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e não identificou alterações relevantes.

Commit

Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da participação de 51% da Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”), pelo montante de R\$2.097.758, pago em caixa. Deste montante, R\$468.070 refere-se à aquisição de 49% da Sulgás, a qual não está sendo considerada como uma combinação de negócios, visto estar fora do escopo do “IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de negócios” realizada em estágios, pois a Companhia já detinha o controle dessa entidade.

Com a conclusão da aquisição, a Companhia assumiu o controle da adquirida. Com a aquisição, a Companhia reforça o compromisso de atuação e investimento no segmento de distribuição de gás natural, contribuindo para garantir a segurança energética fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade das regiões onde atua. A participação não controladora de 49% das ações ordinárias pertence à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (“Mitsui”), está mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis e registrada no patrimônio líquido da Companhia.

A estimativa de valor justo dos direitos de concessão foi calculada para cada uma das distribuidoras investidas e controladas da Commit considerando uma taxa de custo médio de capital ponderado regulatório, prazo de concessão, incluindo potenciais prorrogações e margem regulatória e volumes estimados.

Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. (“Commit”). Na data de aquisição a Commit possuía participação em 18 distribuidoras de gás natural canalizado de diversas regiões do país e busca promover as melhores práticas para desenvolvimento sustentável do setor. Abaixo apresentamos as investidas e os respectivos percentuais de participação no momento da aquisição:

Distribuidoras	% de participação
Controlada	
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	100,00%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul	49,00%
Companhia Potiguar de Gás	83,00%
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul	49,00%
CEG Rio S.A.	37,41%
Gás de Alagoas S.A.	41,50%
Companhia de Gás da Bahia	41,50%
Companhia de Gás do Ceará	41,50%
Companhia Paranaense de Gás	24,50%
Companhia Pernambucana de Gás	41,50%
Companhia de Gás do Amapá	37,25%
Companhia de Gás do Piauí	37,25%
Companhia Paraibana de Gás	41,50%
Cia Rondoniense de Gás	41,50%
Sergipe Gás S.A.	41,50%
Companhia de Gás de Santa Catarina	41,00%
Companhia Brasileira de Gás	32,00%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A.	30,46%

Após avaliação pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia apresentou mais valias no valor de R\$ 2.627.213, alocadas pelo valor justo majoritariamente em investimento e intangível. O direito de concessão da controlada Gás Brasileiro foi apurado com base no contrato de concessão. E a mais valia relacionada ao direito de concessão das investidas não controladas foi alocado como parte do investimento. A mais valia registrada será amortizada com base no contrato de concessão, incluindo potenciais prorrogações de cada investida.

Os custos de aquisição da subsidiária Commit foram de R\$ 14.604. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R\$ 644.442 e R\$ 219.577, respectivamente geradas pela Commit. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentaria uma receita líquida de R\$ 20.717.331 e lucro líquido de R\$ 2.728.550 (não auditada).

A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios para efeito da contabilização inicial.

15. Ativo e passivo financeiro setorial

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

No caso das distribuidoras reguladas pela ARSESP, conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Necta entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

Contudo, para a subsidiária Sulgás o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram a seguinte:

	Nota	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 31/12/2021		558.310	(1.372.283)	(813.973)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾		(466.743)	—	(466.743)
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾		—	16.876	16.876
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾		80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M ^(v)		110.013	—	110.013
Combinação de negócios	14.3 b)	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31/12/2022		342.333	(1.616.616)	(1.274.283)
Custo do gás ^{(i) (v)}		27.954	—	27.954
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾		12.425	(47.144)	(34.719)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾		49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M ^(iv)		116.890	—	116.890
Saldo em 31/12/2023		548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Circulante		207.005	(70.013)	136.992
Não circulante		341.695	(1.740.685)	(1.398.990)
Total		548.700	(1.810.698)	(1.261.998)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.
- (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício, conforme deliberação nº 1.359 de 10 de dezembro de 2022.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- (iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidas no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.
- (v) Inclui os efeitos de (R\$ 34.193) em 30 de junho de 2023, (R\$75.158) em 26 de setembro de 2023 e (R\$ 68.063) em 24 de novembro de 2023, referentes aos valores redistribuídos aos consumidores (vide nota 1.4).

Diante da audiência pública realizada pela ARSESP no dia 9 de janeiro de 2023, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, as subsidiárias e representantes do setor apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o período de análise. Conforme a deliberação nº 1.491 de 24 de janeiro de 2024, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar do dia subsequente a data final da prorrogação anterior, ou seja, de 27 de janeiro de 2024. Dessa forma, até que se conclua as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessa demonstração financeira.

16. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Política contábil:

Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado do Grupo está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.5 os saldos correspondentes ao balanço patrimonial da Norgás foram reclassificados para rubrica de ativo e passivo mantido para venda, já os saldos da demonstração do resultado foram reclassificados para a rubrica de resultado de operações descontinuada. Os saldos estão demonstrados abaixo:

a. Ativo mantido para venda:

	Nota	31/12/2023	
		Controladora	Consolidado
Dividendos a receber	14 .1 c)	—	18.646
Investimento	14 .1 a)	387.215	892.854
Total		387.215	911.500

b. Passivo mantido para venda:

	Nota	31/12/2023	
		Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 c)	—	152.255
Total		—	152.255

c. Resultado de operação descontinuada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Equivalência patrimonial	23.164	25.421	45.419	49.845
Acionistas controladores	23.164	25.421	23.164	25.421
Acionistas não controladores	—	—	22.255	24.424
Total	23.164	25.421	45.419	49.845

d. Demonstrações dos fluxos de caixa:

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	62.699	44.969
		14 .1 c)
Total	62.699	44.969

17. Imobilizado

Política contábil:**Reconhecimento e mensuração**

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias 4% - 5%

Outros 8% - 20%

a) Reconciliação do valor contábil:

	Nota	Consolidado			
		Terrenos, edifícios e benfeitorias	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo					
Saldo em 31/12/2021		5.997	264.734	1.803	272.534
Adições		100	406.794	—	406.894
Baixas		—	—	(5.902)	(5.902)
Transferências		—	(6.173)	6.286	113
Combinação de negócios	14.3 b)	237	—	20	257
Saldo em 31/12/2022		6.334	665.355	2.207	673.896
Adições		5.867	579.134	—	585.001
Baixas		—	—	(69)	(69)
Transferências		291	(293)	115	113
Saldo em 31/12/2023		12.492	1.244.196	2.253	1.258.941
Valor de depreciação					
Saldo em 31/12/2021		(409)	—	(635)	(1.044)
Adições		(1.012)	—	(267)	(1.279)
Baixas		—	—	—	—
Saldo em 31/12/2022		(1.421)	—	(902)	(2.323)
Adições		(1.342)	—	(279)	(1.621)
Baixas		—	—	15	15
Saldo em 31/12/2023		(2.763)	—	(1.166)	(3.929)
Saldo em 31/12/2022		4.913	665.355	1.305	671.573
Saldo em 31/12/2023		9.729	1.244.196	1.087	1.255.012

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R\$ 8.639 referente a capitalização de mão de obra gerada internamente (R\$ 9.826 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

b) Capitalização de custos de empréstimos:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas subsidiárias capitalizaram R\$ 98.214 a uma taxa média ponderada de 8,87% a.a. (R\$ 62.365 e 6,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro 2022).

18. Intangível

Política contábil:

a) Direito de concessão

A subsidiárias que possuem um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Relacionamento com clientes

Refere-se a custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Contrato de fornecimento

A subsidiária Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e foi calculado a partir da data de início da operação.

d) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (“UGC”) ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g) Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil.

	Consolidado					
	Direito de Concessão	Ágio	Contrato de fornecimento	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Valor de custo						
Saldo em 31/12/2021	11.638.142	94.892	—	1.141.655	4.764	12.879.453
Adições	—	5.300	—	113.497	8.297	127.094
Baixas	(57.723)	—	—	(19)	—	(57.742)
Transferências	837.788	—	—	(6)	6.677	844.459
Combinação de negócios ⁽ⁱⁱ⁾	2.508.558	—	—	—	—	2.508.558
Saldo em 31/12/2022	14.926.765	100.192	—	1.255.127	19.738	16.301.822
Adições	—	—	—	121.807	14.824	136.631
Baixas	(62.272)	—	—	(64)	—	(62.336)
Combinação de negócios ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	574.363	—	7.875	582.238
Transferências ⁽ⁱ⁾	1.460.012	—	—	(332)	179	1.459.859
Saldo em 31/12/2023	16.324.505	100.192	574.363	1.376.538	42.616	18.418.214
Valor de amortização						
Saldo em 31/12/2021	(2.685.127)	—	—	(864.843)	(829)	(3.550.799)
Adições	(653.133)	—	—	(104.864)	(3.550)	(761.547)
Baixas	25.658	—	—	1	—	25.659
Saldo em 31/12/2022	(3.312.602)	—	—	(969.706)	(4.379)	(4.286.687)
Adições	(741.087)	—	—	(126.723)	(1.612)	(869.422)
Baixas	37.148	—	—	2	—	37.150
Saldo em 31/12/2023	(4.016.541)	—	—	(1.096.427)	(5.991)	(5.118.959)
Saldo em 31/12/2022	11.614.163	100.192	—	285.421	15.359	12.015.135
Saldo em 31/12/2023	12.307.964	100.192	574.363	280.111	36.625	13.299.255

(i) Do montante transferido de ativo de contrato, uma parcela foi reclassificada para ativo financeiro no montante de R\$ 103.084 (R\$ 35.057 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Para maiores informações, vide nota 14.3.

19. Ativos de contrato

Política contábil:

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. As subsidiárias reavaliam a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Nota	Ativos de contrato
Saldo em 31/12/2021		684.970
Adições	31	1.217.818
Transferências		(880.188)
Combinação de negócios	14.3	87.735
Saldo em 31/12/2022		1.110.335
Adições	31	1.494.142
Transferências		(1.563.056)
Saldo em 31/12/2023		1.041.421

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R\$ 126.522 referente à capitalização de mão de obra gerada internamente (R\$ 109.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), por meio da capitalização de mão de obra.

Compromissos de investimento

A subsidiária Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo de concessão, em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente, R\$ 20 bilhões além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R\$ 3 bilhões, a valor presente a serem investidos anualmente de forma linear.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.

As demais distribuidoras não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Comgás capitalizou R\$ 82.441 a uma taxa média ponderada de 12,70% a.a. (R\$ 70.884 a 12,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Sulgás capitalizou R\$ 973 a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R\$ 217 a 4,10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

20. Direito de uso

Política contábil:

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Nota	Consolidado				Total
		Terrenos, edifícios e benfeitorias	Veículos	Máquinas, equipamentos e instalações	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	
Valor de custo						
Saldo em 31/12/2021		78.906	—	74	—	78.980
Adições		18.059	—	—	—	18.059
Reajustes contratuais		2.915	—	—	—	2.915
Combinação de negócios	14.3 b)	8.571	—	—	—	8.571
Baixas		(7.106)	—	—	—	(7.106)
Saldo em 31/12/2022		101.345	—	74	—	101.419
Adições ⁽ⁱ⁾		10.718	6.105	—	1.533.969	1.550.792
Reajustes contratuais		12.646	—	—	—	12.646
Baixas		(21.551)	—	(74)	—	(21.625)
Saldo em 31/12/2023		103.158	6.105	—	1.533.969	1.643.232
Valor de amortização						
Saldo em 31/12/2021		(5.686)	—	(74)	—	(5.760)
Adições		(12.802)	—	—	—	(12.802)
Baixas		202	—	—	—	202
Saldo em 31/12/2022		(18.286)	—	(74)	—	(18.360)
Adições		(6.636)	(1.163)	—	(38.349)	(46.148)
Baixas		9.494	—	74	—	9.568
Saldo em 31/12/2023		(15.428)	(1.163)	—	(38.349)	(54.940)
Saldo em 31/12/2022		83.059	—	—	—	83.059
Saldo em 31/12/2023		87.730	4.942	—	1.495.620	1.588.292

- (i) A adição do exercício é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FSRU"). O ativo arrendado que fica conectado ao Jetty, ambos parte integrantes do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), e será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito ("GNL"). Ele possui uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e de armazenamento de 173 mil m³ de GNL. O prazo do contrato é de 10 anos com alto grau de probabilidade de renovação por ao menos dois períodos de 5 anos, conforme previsto nos termos do contrato, ou seja, o prazo de arrendamento desse direito de uso é até junho de 2043.

21. Redução ao valor recuperável

Política contábil:

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo.

Teste de redução ao valor recuperável

Os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada empresa.

Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado.

As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e WACC. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2023 não há necessidade de registro de provisão de *impairment* ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura.

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, parte desses empréstimos são remensurados ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros			Controladora		Consolidado		Vencimen to	Objetivo
	Indexador	Taxa anual de juros	Moed a	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Com garantia									
BNDES									
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	8,71%	Real	—	—	112.946	131.885	abr-29	Investimentos
Projetos VIII	IPCA + 3,25%	7,82%	Real	—	—	1.547.664	1.653.501	jun-34	Investimentos
Projetos I	IPCA + 4,10%	10,63%	Real	—	—	140.016	73.717	jan-30	Investimentos
Projetos IX	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	—	—	598.752	544.925	dez-36	Investimentos
Projetos IX	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	—	—	295.058	—	dez-36	Investimentos
Projetos IX	IPCA + 6,01%	10,71%	Real	—	—	304.276	—	dez-36	Investimentos
Total				—	—	2.998.712	2.404.028		
Sem garantia									
Resolução 4131									
Scotiabank 2018	Pré-fixado	3,67%	Dólar	—	—	—	395.285	mai-23	Gestão de capital
Scotiabank 2020	Pré-fixado	1,36%	Dólar	—	—	362.774	377.705	fev-24	Gestão de capital
Scotiabank 2022	Pré-fixado	2,13%	Dólar	—	—	943.486	1.000.957	fev-25	Gestão de capital
Scotiabank 2023	Pré-fixado	4,04%	Dólar	—	—	734.191	—	mai-26	Gestão de capital
Debêntures									

1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	13,27%	Real	399.457	399.616	399.457	399.616	dez-26	Investimentos
2ª emissão - série única	CDI + 1,55%	13,38%	Real	1.764.022	—	1.764.022	—	nov-30	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,12%	Real	—	—	80.960	114.014	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	11,43%	Real	—	—	—	907.366	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	—	—	554.147	523.837	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	6,10%	Real	—	—	359.639	372.171	mai-28	Gestão de capital
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	9,78%	Real	—	—	550.342	491.153	ago-31	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	9,88%	Real	—	—	533.854	467.841	ago-36	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	13,83%	Real	—	—	735.566	824.866	ago-24	Investimentos
Total				2.163.479	399.616	7.018.438	5.874.811		
Total				2.163.479	399.616	10.017.150	8.278.839		
Circulante				34.532	1.131	1.937.294	1.685.123		
Não circulante				2.128.947	398.485	8.079.856	6.593.716		

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na Nota 23.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1 a 2 anos	—	—	1.209.868	1.798.401
2 a 3 anos	397.082	—	1.547.176	1.227.708
3 a 4 anos	—	398.485	420.994	754.560
4 a 5 anos	—	—	421.039	356.075
5 a 6 anos	864.573	—	1.346.987	356.120
6 a 7 anos	867.292	—	1.315.293	402.829
7 a 8 anos	—	—	426.269	383.799
Acima de 8 anos	—	—	1.392.230	1.314.224
Total	2.128.947	398.485	8.079.856	6.593.716

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reais	2.163.479	399.616	7.976.698	6.504.892
Dólar norte-americano	—	—	2.040.452	1.773.947
Total	2.163.479	399.616	10.017.150	8.278.839

Todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 23).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	—	7.667.987
Captação	398.106	2.944.147
Amortização de principal	—	(2.275.698)
Pagamento de juros	(52.111)	(523.774)
Juros, variação cambial e valor justo	53.621	466.177
Saldo em 31/12/2022	399.616	8.278.839
Captação ⁽ⁱ⁾	1.728.823	3.128.374
Amortização de principal	—	(1.547.820)
Pagamento de juros	(57.236)	(400.070)
Pagamento de juros sobre obra em andamento	—	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	92.276	846.396
Saldo em 31/12/2023	2.163.479	10.017.150

(i) o montante corresponde substancialmente à captação de debenture na controladora e às captações contraídas pela subsidiária Comgás, com as instituições financeiras BNDES e Scotiabank.

a) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia por meio de suas subsidiárias dispunha de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$384.297 (R\$1.045.797 em 31 de dezembro de 2022). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

b) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos e debêntures é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 7) devido a observância de dados, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia e suas controladas aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 9.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/ Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6	0,17
	* Debenture 4ª a 9ª emissões		
Comgás S.A.	* BNDES	Dívida onerosa líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,32
	* Resolução 4131		
		Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,50	(0,02)
Sulgás	* BNDES	Índice de endividamento geral (Exigível total / Passivo total+ Patrimônio Líquido) não poderá ser superior a 0,8	0,69

- (i) A dívida onerosa líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias permanecem adimplentes com todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

23. Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia e suas subsidiárias, se necessário, designam certos derivativos como:

- i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou
- ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia e suas subsidiárias documentam a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua (anual), se os instrumentos de hedge enquadrados em hedge *accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Consolidado			
	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	6.716	53.012	(147)	(486)
Contratos de opções cambiais	363.098	676.214	30.677	25.360
Total	369.814	729.226	30.530	24.874
Derivativos de commodities				
Contratos de opções de gás	28.494	—	4.333	—
Contratos de opções de energia	—	—	—	21.744
Total	28.494	—	4.333	21.744
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	4.919.169	4.919.169	77.982	31.748
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	2.253.960	1.772.775	(297.974)	(86.854)
Total	7.173.129	6.691.944	(219.992)	(55.106)
Total dos instrumentos financeiros			(185.129)	(8.488)
Ativo circulante			24.449	352.568
Ativo não circulante			151.206	39.295
Passivo circulante			(63.331)	(485)
Passivo não circulante			(297.453)	(399.866)
Total			(185.129)	(8.488)

a) Hedge de valor justo

A subsidiária Comgás adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens por objeto de *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

As dívidas são objeto de *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

	Nocional	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hedge risco de juros					
Objetos					
5ª emissão - série única (Comgás)	—	—	(907.366)	—	(33.892)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(1.000.000)	(803.989)	(851.689)	54.807	70.260
Total débito	(1.000.000)	(803.989)	(1.759.055)	54.807	36.368
Instrumentos financeiros derivativos					
<i>Swaps</i> 5ª emissão - série única (Comgás)	—	—	221.000	(221.000)	1.248
BNDES Projeto VIII (Comgás)	1.000.000	(56.085)	(90.193)	34.108	(57.944)
Total derivativos	1.000.000	(56.085)	130.807	(186.892)	(56.696)
Total	—	(860.074)	(1.628.248)	(132.085)	(20.328)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas e, portando, não foi utilizado o expediente da contabilidade hedge, previsto no CPC 48 – Instrumento Financeiros. A Companhia optou por designar esses passivos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado:

		<u>Nocional</u>	<u>Valor contábil</u>		<u>Ajuste de valor acumulado</u>	
			<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Risco de câmbio						
Objetos						
Resolução 4.131 (2018)	USD + 4,32%	—	—	(395.285)	—	(2.680)
Resolução 4.131 (2021)	USD + 1,60%	(407.250)	(362.774)	(377.705)	2.106	15.545
Resolução 4.131 (2022)	USD + 2,51%	(1.097.400)	(943.486)	(1.000.957)	33.324	51.798
Resolução 4.131 (2023)	USD + 4,76%	(749.310)	(734.191)	—	(5.468)	—
Total		(2.253.960)	(2.040.451)	(1.773.947)	29.962	64.663
Instrumentos derivativos						
Resolução 4.131 (2018)	107,9% do CDI	—	—	123.760	(123.760)	(61.685)
Resolução 4.131 (2021)	CDI + 1,25%	407.250	(63.184)	(50.245)	(12.939)	(88.612)
Resolução 4.131 (2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	(212.180)	(160.369)	(51.811)	(217.215)
Resolução 4.131 (2023)	CDI + 1,30%	749.310	(22.611)	—	(22.611)	—
Total derivativos		2.253.960	(297.975)	(86.854)	(211.121)	(367.512)
Total		—	(2.338.426)	(1.860.801)	(181.159)	(302.849)
Risco de juros						
Objetos						
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	(114.818)	(80.960)	(114.014)	(708)	(114.014)
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	(523.993)	(554.147)	(523.837)	3.509	(523.837)
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	(500.000)	(550.342)	(491.153)	19.868	(6.179)
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	(500.000)	(533.854)	(467.841)	34.919	9.737
BNDES Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	(160.126)	(112.946)	(131.885)	(150)	(131.885)
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(870.149)	(743.674)	(801.812)	5967	(801.812)
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(598.752)	(544.925)	(19.875)	(544.925)
Total		(3.234.668)	(3.174.675)	(3.075.467)	43.530	(2.112.915)
Instrumentos derivativos						
Swaps 4ª emissão - 3ª série	94,64% CDI	—	—	—	—	(3.900)
Swaps 4ª emissão - 3ª série	112,49% CDI	114.818	4.567	(778)	5.345	(5.096)
6ª emissão - série única	89,9% CDI	523.993	20.116	(10.419)	30.535	(26.161)
Swaps 9ª emissão - 1ª série	109,20% CDI	500.000	42.093	(17.705)	59.798	(37.517)
Swaps 9ª emissão - 2ª série	110,60% CDI	500.000	26.901	(40.441)	67.342	(53.304)
BNDES Projetos VI e VII	87,50% CDI	160.126	64	(2.046)	2.110	(6.923)
BNDES Projeto VIII	82,94% CDI	870.149	(6.578)	(21.039)	14.461	(48.613)
BNDES Projeto IX	98,9% CDI	565.582	46.904	(6.631)	53.536	(6.631)
Total derivativos		3.234.668	134.067	(99.059)	233.127	(188.145)
Total		—	(3.040.608)	(3.174.526)	276.657	(2.301.060)

c) *Hedge* de fluxo de caixa

A subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou contratos de compra (risco JKM) e venda (risco BRENT) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a subsidiária designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas.

Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da Companhia, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais.

A subsidiária TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos – passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado.

Em 31 de dezembro de 2023 houve parcela inefetiva relacionada ao *brent* reclassificada para o resultado financeiro no montante de R\$ 9.785. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da subsidiária e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	2024	Ajuste de avaliação patrimonial contribuídos
Futuro	B3	BRENT	(2.843)	(2.843)
Arrendamentos	—	Câmbio	(18.071)	(18.071)
Total			(20.914)	(20.914)
(-) Tributos diferidos			7.111	7.111
Efeito no patrimônio líquido			(13.803)	—
Efeito no patrimônio líquido			(13.803)	(13.803)

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2023
Saldo em 31/12/2022	—
Movimentação ocorrida no exercício:	
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> JKM	12.012
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> BRENT	(12.628)
Valor justo de termo câmbio	(18.071)
Total	(18.687)
Realizações e baixas de resultados de <i>commodities</i>	
Ganhos ou perdas realizados	(12.012)
Resultado Financeiro	9.785

Total	(2.227)
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(20.914)
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial	7.111
Total	(13.803)
Saldo em 31/12/2023	(13.803)

24. Compromissos

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R\$44.057.687, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034.

25. Passivo de arrendamento

Política contábil:

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa;
- iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e
- iv. o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas subsidiárias usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e
- iii. faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato.

Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que:

- i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e
- ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou
- iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou
- iv. se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou
- v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, quanto a opção a ser exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021		12.618	63.752
Adições e reajuste contratual		1.997	13.502
Baixas		—	(3.258)
Apropriação de juros e variação cambial		1.077	6.392
Amortização de principal		(1.637)	(10.891)
Pagamento de juros		(1.059)	(5.375)
Combinação de negócios	14.3 b)	—	12.483
Saldo em 31/12/2022		12.996	76.606
Adições e reajuste contratual ⁽ⁱ⁾		4.663	1.563.438
Baixas		—	(6.600)
Transferência		—	—
Apropriação de juros e variação cambial		1.321	95.797
Amortização de principal		(2.014)	(38.590)
Pagamento de juros		(1.745)	(53.708)
Saldo em 31/12/2023		15.221	1.636.943
Circulante		3.593	163.740
Não circulante		11.629	1.473.203
Total		15.222	1.636.943

(i) Vide informações na nota explicativa 20.

O *aging* dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	3.593	163.740	2.635	13.195
De 1 a 2 anos	3.320	156.476	2.442	9.948
De 3 a 5 anos	8.309	378.798	6.269	22.053
Acima de 5 anos	—	937.929	1.650	31.410
Total	15.222	1.636.943	12.996	76.606

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados mensalmente por variação cambial em moeda estrangeira e anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI. Além disso, alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro.

26. Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás e transportes de gás	—	—	1.043.016	1.393.418
Fornecedores de materiais e serviços	7.570	1.994	491.025	406.660
Suprimento e transporte de energia elétrica	—	—	—	42.732
Total	7.570	1.994	1.534.041	1.842.810

O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A.

A subsidiária Comgás possui convênio com a instituição financeira que permite a antecipação de duplicatas para seus fornecedores. O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A subsidiária não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. (para maiores informações vide nota explicativa 8.c). As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado.

27. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam

realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.538.276	1.817.423	2.614.133	2.256.638
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(523.014)	(617.924)	(888.805)	(767.257)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	580.659	622.979	38.146	(18.717)
Juros sobre capital próprio	(17.838)	(11)	9.553	40.302
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(10.819)	(4.943)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	—	—	—	11.580
Benefício do pacto federativo extemporâneo ⁽ⁱ⁾	—	—	—	240.251
Benefício do pacto federativo - exercício corrente ⁽ⁱ⁾	—	—	49.737	172.167
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo ⁽ⁱ⁾	—	—	(214.614)	—
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo - juros e multa ⁽ⁱ⁾	—	—	80.902	—
Selic indêbito ⁽ⁱⁱ⁾	1.756	711	78.850	(25.046)
Benefício adesão programa litígio zero	—	—	1.390	—
Outros	(14)	41	(3.651)	22.478
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	41.549	5.796	(859.311)	(329.185)
Taxa efetiva - %	2,70%	0,32%	-32,87%	-14,59%

- (i) A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia através de sua subsidiária Comgás passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais n.º 62.399/2016 e 67.383/2022. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais como redução de base de cálculo de ICMS somente podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R\$1.191.282 (R\$925.754 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R\$117.863 de juros e R\$147.665 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R\$ 1.387.388 (R\$ 924.043 principal, R\$ 228.157 multa e R\$ 235.188 juros), que engloba também as autuações recebidas para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, de forma que a Companhia espera a regulamentação do programa para efetivar a quitação do passivo. Considerando o desconto concedido, o passivo atualizado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 277.478 (R\$ 184.809 principal, R\$ 45.631 multa e R\$ 47.038 juros).

- (ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia através de sua subsidiária Comgás concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante de R\$ 81.542 (R\$ 56.562 principal e R\$ 24.980 juros). O montante dos créditos acumulados relativos ao ano de 2023 é de R\$ 32.124.

A Companhia não espera a ocorrência de eventos que possam impactar de forma significativa a alíquota efetiva anual além daqueles já divulgados nesse exercício.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	17.165	13.513	170.527	200.223
Base negativa de contribuição social	6.177	4.863	61.387	72.078
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	—	—	16.974	25.694
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	—	—	150.336	152.373
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	—	—	22.675	20.743
Provisões de participações no resultado	9.040	5.339	36.574	30.249
Provisões diversas ⁽ⁱⁱ⁾	10.297	2.383	393.329	317.243
Transações com pagamento baseado em ações	37.445	12.606	42.101	15.955
Diferido sobre resultado pré-operacional	—	—	87.454	24.999
Arrendamentos	362	233	18.067	358
Resultado não realizado com derivativos	—	—	31.176	—
Valor justo dos estoques	—	—	2.814	—
Outros	—	—	96.373	59.877
Total	80.486	38.937	1.129.787	919.792
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Ágio fiscal	—	—	(19.896)	(13.443)
Resultado não realizado com derivativos	—	—	(11.851)	(106.059)
Direito de concessão - intangível	—	—	(2.156.385)	(2.160.627)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	(70.703)	(36.861)
Arrendamentos	—	—	(2.126)	(2.963)
Revisão de vida útil	—	—	(148.083)	(175.421)
Outros	—	—	(168.854)	(103.313)
Total	—	—	(2.577.898)	(2.598.687)
Total de tributos diferidos registrados	80.486	38.937	(1.448.111)	(1.678.895)
Diferido ativo	80.486	38.937	708.272	482.296
Diferido passivo	—	—	(2.156.383)	(2.161.191)
Total diferido, líquido	80.486	38.937	(1.448.111)	(1.678.895)

- (i) A crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,9 anos.

- (ii) Do total do saldo apresentado em provisões diversas, o montante de R\$ 300.874 (R\$ 884.923 de base), refere-se à provisão de devolução de crédito extemporâneo no passivo setorial.
- (iii) A Companhia, através de sua subsidiária Comgás, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2022, optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo.

O *amendment* do IAS 12 Income Taxes, vigente a partir de janeiro de 2023, reduziu o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 dessa norma, de modo que não se aplica mais a transações que no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	334.257
1 a 2 anos	46.402
2 a 3 anos	30.918
3 a 4 anos	48.076
4 a 5 anos	84.595
Acima de 5 anos	164.024
Total	708.272

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

ATIVO		Controladora			
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Total
Saldo em 31/12/2021	21.492	2.857	1.442	101	25.892
Impacto no resultado do exercício	(3.116)	15.088	941	132	13.045
Saldo em 31/12/2022	18.376	17.945	2.383	233	38.937
Impacto no resultado do exercício	4.966	28.540	7.914	129	41.549
Saldo em 31/12/2023	23.342	46.485	10.297	362	80.486

ATIVO		Consolidado							
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Valor justo dos estoques	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	166.278	159.978	24.013	97.433	—	89.883	—	23.662	561.247
Impacto no resultado do exercício	106.023	5.302	22.191	216.129	—	(89.883)	—	30.318	290.080
Outros resultados abrangentes	—	(12.907)	—	—	—	—	—	—	(12.907)
Combinação de negócio ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	—	36.208	—	—	—	45.164	81.372
Saldo em 31/12/2022	272.301	152.373	46.204	349.770	—	—	—	99.144	919.792
Impacto no resultado do exercício	(40.387)	6.192	32.471	83.208	2.814	31.176	11.923	84.683	212.080
Outros resultados abrangentes	—	(8.229)	—	—	—	—	6.144	—	(2.085)
Saldo em 31/12/2023	231.914	150.336	78.675	432.978	2.814	31.176	18.067	183.827	1.129.787

	Consolidado						
	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	(1.136.465)	(127.681)	(202.760)	—	(3.349)	(48.955)	(1.519.210)
Impacto no resultado do exercício	136.076	21.622	27.339	(36.861)	386	(44.422)	104.140
Combinação de negócio ⁽ⁱⁱ⁾	(1.160.238)	—	—	—	—	(23.379)	(1.183.617)
Saldo em 31/12/2022	(2.160.627)	(106.059)	(175.421)	(36.861)	(2.963)	(116.756)	(2.598.687)
Impacto no resultado do exercício	49.948	93.239	27.338	(33.842)	837	(71.994)	65.526
Outros resultados abrangentes	—	969	—	—	—	—	969
Combinação de negócio ⁽ⁱⁱ⁾	(197.961)	—	—	—	—	—	(197.961)
Mantido para venda ⁽ⁱ⁾	152.255	—	—	—	—	—	152.255
Saldo em 31/12/2023	(2.156.385)	(11.851)	(148.083)	(70.703)	(2.126)	(188.750)	(2.577.898)
Total impostos diferidos reconhecidos							(1.448.111)

(i) Para maiores informações, vide nota 16.c.

(ii) Para maiores informações, vide nota 14.3.

28. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em relação a:

a. Provisão para demandas judiciais

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	16.437	19.914
Cíveis, ambientais e regulatórias	29.484	38.605
Trabalhistas	17.597	29.228
Total	63.518	87.747

b. Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	18.814	24.720
Cíveis, ambientais e regulatórias	15.786	20.747
Trabalhistas	9.360	9.915
Total	43.960	55.382

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Nota	Consolidado			Total
		Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	
Saldo em 31/12/2021		15.564	28.282	41.055	84.901
Provisionado no exercício		3.215	922	7.289	11.426
Baixas por reversão / pagamento		(4.276)	(3.593)	(14.807)	(22.676)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾		1.523	(3.411)	(6.075)	(7.963)
Combinação de negócios	.3 b)	3.888	16.405	1.766	22.059
Saldo em 31/12/2022		19.914	38.605	29.228	87.747
Provisionado no exercício		1.563	7.320	5.791	14.674
Baixas por reversão / pagamento		(2.860)	(20.839)	(14.675)	(38.374)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾		(2.180)	4.398	(2.747)	(529)
Saldo em 31/12/2023		16.437	29.484	17.597	63.518

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

a) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	3.324.370	3.559.918
Cíveis, ambientais e regulatórias	207.084	153.343
Trabalhistas	43.869	36.854
	3.575.323	3.750.115

i) Tributárias:

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL ⁽ⁱ⁾	3.012.862	3.110.741
Compensação tributos federais	112.973	127.993
Outros ⁽ⁱ⁾	198.535	321.184
Total	3.324.370	3.559.918

(i) Diante da decisão do STJ, de 26 de abril de 2023, relativa à exigência de tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, de incentivos fiscais como redução de base de cálculo de ICMS, a Companhia através de sua subsidiária Comgás, constituiu provisão, conforme detalhado na nota explicativa 27.a, dos valores relativos às cobranças que recebeu sobre o tema, dos períodos de 2015 a 2017, as quais estavam classificadas como possível em 31 de dezembro de 2022. Em relação a tais autuações, manteve-se como contingência possível a discussão sobre a amortização fiscal do saldo do Conta-Corrente Regulatório ("CCR") no período de 2015, no valor atualizado de R\$ 115.258.

- (ii) Baixa de R\$144.064 referente a autos de infração lavrados para cobrança de multa isolada em razão de compensações não homologadas. Referida baixa é decorrente do julgamento finalizado pelo STF em 17 de março de 2023, no RE nº 796.939 (Tema 736), que decidiu pela inconstitucionalidade da multa isolada cobrada nesses casos, tendo sido os autos de infração cancelados pela RFB.

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais de suas subsidiárias principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 37. As variações de saldo referem-se a temas já existentes e à atualização monetária dos referidos passivos contingentes.

ii) Cíveis, ambientais e regulatórias:

As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

iii) Trabalhistas:

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos; adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

29. Benefício pós-emprego

Política contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia através de sua subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os detalhes do valor presente da obrigação de plano médico e do valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido no início do exercício	448.157	477.253
Custo dos serviços correntes	157	219
Custo dos serviços passado	—	319
Juros sobre obrigação atuarial	45.141	41.815
Liquidação antecipada no plano	—	(3.081)
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	23.753	(26.621)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(70.072)	(14.629)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	22.116	—
Benefícios pagos	(27.088)	(27.118)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	442.164	448.157
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	—	(6.728)
Receitas de juros	—	(253)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	—	3.283
Liquidação antecipada plano	—	3.698
Contribuições do empregador	(27.088)	(27.118)
Benefícios pagos	27.088	27.118
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	—	—
Passivo líquido de benefício definido	442.164	448.157

A Companhia através da sua subsidiária Comgás possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A Companhia através de sua subsidiária Comgás iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II – Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria FuturaFlex, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira.

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente. Os planos e benefícios divulgados em 31 de dezembro de 2022 não sofreram alteração. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as movimentações sobre benefícios pós-emprego são como segue:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	470.525
Custos dos serviços correntes	219
Custos dos serviços passado	319
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
Saldo em 31/12/2022	448.157
Custos dos serviços correntes	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141
Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31/12/2023	442.164

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(23.753)	26.621
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	70.072	11.346
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	—
Ganhos atuariais líquidas	24.203	37.967

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	10,12% a.a.	10,45% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Crescimento salarial médio	N/A	N/A
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 27.

Em 31 de dezembro de 2023, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 10,9 anos (10,6 anos em 2022).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de plano médico conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(23.123)	20.998

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

30. Patrimônio líquido

Política contábil:

a. Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 27 - Imposto de renda e contribuição social.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

d. Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

a) Capital social

O capital subscrito da Companhia é de R\$ 2.272.500, inteiramente integralizado, representando por 714.190 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 628.488 ações ordinárias, 30.853 ações preferenciais classe A e 54.849 ações preferenciais classe B. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 10.000.000.

Quantidade de ações em 31/12/2023 e 31/12/2022

Acionistas	ON		PN - Classe A		PN - Classe B		Total	
		%		%		%		%
Cosan Dez Participações S.A.	628.488	100	—	—	—	—	628.488	88,00
Bloco Atmos	—	—	30.853	100	—	—	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	—	—	—	—	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda	—	—	—	—	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda	—	—	—	—	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda	—	—	—	—	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	628.488	100	30.853	100	54.849	100	714.190	100

b) Dividendos

Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 1.000.000, sendo R\$ 275.435 do exercício corrente e, R\$ 724.565 com saldo da reserva de lucros.

c) Juros sobre capital próprio

Não houve aprovação do Conselho de Administração, para pagamento de juros sobre capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	—	2.035
Dividendos deliberados do exercício	1.343.543	1.386.008
Dividendos deliberados de exercícios anteriores	211.021	211.021
Juros sobre capital próprio proposto	128.137	194.726
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(17.843)	(54.352)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.622.247)	(1.709.838)
Outros	—	43.263
Saldo em 31/12/2022	42.611	72.863
Dividendos deliberados do exercício	801.495	844.286
Dividendos deliberados de exercícios anteriores	724.565	973.230
Juros sobre capital próprio proposto	—	24.737
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	—	(3.711)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.042.611)	(1.340.220)
Outros	—	(1.229)
Saldo em 31/12/2023	526.060	569.956

e) Outros resultados abrangentes

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido	(233.463)	(24.736)	(258.199)
Imposto diferido sobre ganhos atuariais de plano de benefícios definido	79.376	8.410	87.786
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	20.914	20.914
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	(7.111)	(7.111)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	(10)	(10)
	(154.087)	(2.533)	(156.620)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(152.761)	(2.224)	(154.985)
Acionistas não controladores	(1.326)	(309)	(1.635)

	31/12/2021	Resultado abrangente	31/12/2022
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido	(195.498)	(37.965)	(233.463)
Imposto diferido sobre ganhos atuariais de plano de benefícios definido	66.469	12.907	79.376
	(129.029)	(25.058)	(154.087)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(127.919)	(24.842)	(152.761)
Acionistas não controladores	(1.110)	(216)	(1.326)

f) Destinação do lucro líquido do exercício

As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	1.602.989	1.848.640
Constituição da reserva legal – 5% ⁽ⁱ⁾	—	—
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.602.989	1.848.640
Dividendos mínimos obrigatórios – 50%	801.495	924.320
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(275.435)	(1.602.897)
Dividendos mínimos obrigatórios a destinar	(526.060)	—
Total do lucro do exercício a destinar	801.494	245.743

(i) De acordo com o estatuto da Companhia, se soma da reserva legal mais a reserva de capital ultrapassar 30% do capital social, fica vedada a constituição de reserva legal.

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

31. Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A Companhia presta serviços de distribuição de gás através das subsidiárias Comgás, Sulgás e Necta, a receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, as subsidiárias Comgás, Sulgás e Necta, acreditam que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

v. Comercialização de energia

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

Durante o exercício de 2022, a subsidiária Compass Comercialização encerrou todos os contratos de comercialização de energia. Deixando de atuar neste segmento e passando a dedicar-se ao desenvolvimento do mercado livre de gás.

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

b) Operações de *trading*

As operações de *trading* de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, seção V, Art.187.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Receita bruta na distribuição de gás		19.998.177	22.878.310
Receita bruta na comercialização de energia elétrica		—	263.537
Receita bruta na prestação de serviços		607.671	587.302
Receita de construção	19	1.494.142	1.217.818
Impostos sobre vendas e outras deduções		(4.332.663)	(5.227.762)
Receita operacional líquida		17.767.327	19.719.205

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja nota 3.3.

32. Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza / finalidade é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Custo do gás e transporte		—	—	(11.919.415)	(13.892.505)
Custo de construção	31	—	—	(1.494.142)	(1.217.818)
Depreciação e amortização		(4.142)	(3.156)	(899.635)	(776.248)
Materiais e serviços		(30.709)	(12.145)	(230.981)	(453.898)
Gastos com pessoal		(136.490)	(83.945)	(431.258)	(407.029)
Energia elétrica comprada para revenda		—	—	—	(260.891)
Outras despesas		(36.080)	(37.717)	(233.014)	(83.169)
		(207.421)	(136.963)	(15.208.445)	(17.091.558)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		—	—	(14.256.031)	(16.364.835)
Despesas com vendas		—	—	(164.399)	(163.256)
Gerais e administrativas		(207.421)	(136.963)	(788.015)	(563.467)
		(207.421)	(136.963)	(15.208.445)	(17.091.558)

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes veja nota 3.3.

33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Realização de receita diferida	1.1	77.981	—	923.214	—
Valor em discussão com clientes		—	—	—	(13.369)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento		(50)	—	(25.281)	(51.724)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários		—	—	(7.225)	(11.035)
Perda de inventário		—	—	(43.695)	(9.913)
Acordo contratual ⁽ⁱ⁾		—	—	(143.221)	—
Tributos sobre receita diferida		(7.213)	—	(85.397)	—
Outros		5	659	(11.169)	(5.864)
		70.723	659	607.226	(91.905)

(i) Efeito líquido entre partes relacionadas, líquido de impostos e valores redistribuídos aos consumidores, conforme nota explicativa 1.4 e 15 ^(v).

34. Resultado financeiro líquido**Política contábil:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(91.717)	(53.243)	(777.946)	(1.066.172)
Variação cambial líquida sobre dívidas	—	—	144.191	108.227
Resultado com derivativos e valor justo	—	—	(481.225)	(27.986)
Amortização do gasto de captação	(559)	(710)	(3.086)	(3.902)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(14.614)	(15.217)
	(92.276)	(53.953)	(1.132.680)	(1.005.050)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	63.612	194.030	611.868	600.469
	63.612	194.030	611.868	600.469
Custo da dívida, líquida	(28.664)	140.077	(520.812)	(404.581)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	(2.516)	(18.956)	78.153	106.238
Juros capitalizados no imobilizado e intangível ⁽ⁱ⁾	—	—	181.628	133.466
Atualização de outros ativos financeiros	—	—	(88.153)	(26.931)
Arrendamento mercantil	(1.321)	(1.077)	(75.495)	(5.464)
Juros sobre outras obrigações	(56)	—	(89.081)	(65.831)
Encargos sobre benefício do pacto federativo ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	(92.669)	—
Juros sobre ativo e passivo setorial ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	(97.840)	(36.670)
Despesas bancárias e outros	(285)	1.311	(8.322)	(13.737)
Variação cambial e derivativos não-dívida	(4)	82	(18.362)	(63.627)
	(4.182)	(18.640)	(210.141)	27.444
Resultado financeiro, líquido	(32.846)	121.437	(730.953)	(377.137)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(98.971)	(74.698)	(1.658.582)	(1.291.850)
Receitas financeiras	66.129	196.053	1.283.025	898.099
Variação cambial	(4)	82	152.592	102.655
Efeito líquido dos derivativos	—	—	(507.988)	(86.041)
Resultado financeiro, líquido	(32.846)	121.437	(730.953)	(377.137)

(i) Vide informações na nota explicativa 17 e 19.

(ii) O saldo apresentado refere-se substancialmente ao montante do benefício do pacto federativo, conforme nota explicativa 27.a.

(iii) Vide informações na nota explicativa 15.

35. Resultado por ação

Política contábil:**a) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido das operações em continuidade atribuível à detentores de ações - básico	1.579.825	1.823.219
Ações ordinárias	1.390.247	1.604.434
Ações preferenciais	189.578	218.785
Resultado líquido das operações descontinuadas atribuível à detentores de ações - básico	23.164	25.421
Ações ordinárias	20.384	22.370
Ações preferenciais	2.780	3.051
Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária	(590)	(1.727)
Resultado das operações em continuidade atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	1.579.235	1.821.492
Ações ordinárias	1.389.728	1.602.914
Ações preferenciais	189.507	218.578
Resultado das operações descontinuadas atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	23.164	25.421
Ações ordinárias	20.384	22.370
Ações preferenciais	2.780	3.051
Média ponderada do número de ações em circulação - básico e diluído (em milhares de ações)	714.190	714.190
Ações ordinárias	628.488	628.488
Ações preferenciais	85.702	85.702

Resultado por ação das operações em continuidade		
Básico (em R\$)		
Ações ordinárias	2,21205	2,55285
Ações preferenciais	2,21205	2,55285
Diluído (em R\$) ⁽ⁱ⁾		
Ações ordinárias	2,21122	2,55043
Ações preferenciais	2,21122	2,55043
Resultado por ação das operações descontinuadas		
Básico e diluído (em R\$)		
Ações ordinárias	0,03243	0,03559
Ações preferenciais	0,03243	0,03559

- (i) Aplicamos o conceito de efeito diluidor quando, a conversão em ações ordinárias diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

36. Pagamento baseado em ações

Política contábil:

Transações liquidadas com ações O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

(i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

(ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão.

A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

- (i) Planos de concessão de ações, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

- (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes detalhes do pagamento baseado em ações:

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos ⁽ⁱ⁾	Exercido / cancelado / transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R\$
Programa de concessão de ações						
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(83.683)	—	79,00
Total			83.683	(83.683)	—	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	29.492	(29.492)	—	25,46
01/08/2021	Compass Comercialização	36	35.075	(6.001)	29.074	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	170.647	—	170.647	25,46
01/08/2021	TRSP	36	37.572	—	37.572	25,46
01/11/2021	Comgás	32	192.405	—	192.405	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.646.411	(17.873)	1.628.538	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	90.087	—	90.087	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	837.439	—	837.439	25,59
01/08/2022	Compass Comercialização	36	30.651	(6.460)	24.191	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.675	—	31.675	25,59
01/08/2023	Compass Gás e Energia	36	242.802	—	242.802	34,12
01/08/2023	Compass Comercialização	36	25.716	—	25.716	34,12
01/08/2023	TRSP	36	22.950	—	22.950	34,12
Total			3.392.922	(59.826)	3.333.096	
Total			3.476.605	(143.509)	3.333.096	

- (i) Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram liquidadas, na subsidiária Comgás, 68.889 ações em caixa do plano de 2019, no montante de R\$ 13.597 (R\$15.597 do plano de 2018 em 31 de dezembro de 2022). A variação entre o valor da ação na data da outorga e o valor da ação na data da liquidação é reconhecido do patrimônio líquido da subsidiária. Em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária não possui programas de pagamento com base em ações.

i. Mensuração dos valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	Programas de concessão de ações							
	Compass Gás e Energia		Compass Comercialização		Comgás		TRSP	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Premissas chave:								
Preço de mercado na data de outorqa	42,21	29,20	42,21	29,20	-	79,00	42,21	29,20
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>Dividend yield</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

ii. Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Programa de concessão de ações
Saldo em 31/12/2021	1.991.684
Acréscimo de ações	1.311.272
Exercidos / cancelados / outros	(111.581)
Saldo em 31/12/2022	3.191.375
Acréscimo de ações	270.436
Exercidos / cancelados / outros	(128.715)
Saldo em 31/12/2023	3.333.096

iii. Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração baseada em ações e liquidadas em caixa incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa	(53.404)	(25.117)	(59.825)	(28.478)
Programa de concessão de ações	—	—	(976)	(2.339)
	(53.404)	(25.117)	(60.801)	(30.817)

37. Eventos subsequentes

37.1 Décima emissão de debêntures da Comgás

Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R\$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um *spread* de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da subsidiária Comgás.

37.2 Terceira emissão de debêntures da Compass

Em 15 de março de 2024, a Companhia aprovou a oferta pública da 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis no montante de R\$ 1.500.000 com remuneração de CDI + 1,08% a.a., juros semestrais e principal com vencimento em 15 de março de 2029. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a propósitos gerais e reforço de capital de giro.

37.3 Notas Comerciais Compass e TRSP

Em 20 de março de 2024, a Companhia e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R\$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., seguindo as condições de mercado para a respectiva transação.

37.4 Empréstimo Compass Comercialização

Em 21 de março de 2024, a subsidiária Compass Comercialização assinou um o contrato de empréstimo “*Uncommitted Term Loan Facility Agreement - Loan Agreement*” junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os termos da Lei Nº 4.131. Em 22 de março de 2024 a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano.